

Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 22

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
ANFIP

Aposentados - APOSENTADOS 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto no pré-sal - PAINEL S.A. 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacote para zerar déficit em 2024 tem turbulência à frente 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf mantém cobrança de IR e CSLL sobre crédito presumido de ICMS 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pressão na previdência 11

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Estagnação abala contrato social na China 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Plano quer atender 230 mil em situação de rua e promete investimentos 15

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Nova Reforma da Previdência? Veja os motivos para mexer mais uma vez nas regras de
aposentadorias e pensões 17

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Mais do mesmo ou salto no escuro, o dilema argentino (Editorial) 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
POLÍTICA

Democracia melhor (Editorial) 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Lula destrava metade das emendas, mas insatisfação no Congresso cresce 22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Reforma não deve facilitar votações de interesse do governo 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Lula deve encerrar "novela" e dar pastas ao Centrão nesta semana 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária poderá penalizar setor de serviços - MERCADO S/A 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cerveja, refrigerantes e gasolina podem aliviar alíquota do novo IVA..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Braga diz que limitará ações de Conselho Federativo..... 33

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

É um erro prorrogar incentivos federais a montadoras do Nordeste (Editorial)..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas do "Valor 1000" ampliam receita em 11% no ano passado, para R\$ 7,4 trilhões
..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil aposta em comércio sustentável na agenda do G20..... 36

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veja os municípios e estados que ganham mais com a Reforma Tributária (PIB)..... 37

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Déficit zero em 2024 defendido por Haddad enfrenta ceticismo no governo..... 39

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: 82% dos municípios sairão ganhando, diz Ipea..... 41

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: SP e seus municípios perderiam R\$ 35 bi se não houve prazo de transição
..... 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto com maconha já soma US\$ 3 bi nos EUA..... 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

País asiático reduz imposto sobre transações na bolsa..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil tem o gás para seu crescimento (Artigo)..... 48

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Para Lula, África tem tudo para se tornar potência agrícola..... 50

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado de milhas põe consumidor em alerta..... 51

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Dragão exaurido (Editorial)..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

PIB do 2º tri deve mostrar cenário bem diferente após disparada no início do ano.....	55
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA	
China usa poder econômico e seduz Sul Global para redesenhar ordem mundial.....	58
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
Remuneração de conselheiros sobe acima da inflação.....	61
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"BC deve parar ciclo com Selic acima de 10%".....	63

Aposentados - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

FRAUDES

Este é um assunto que sempre estamos comentando e que nos parece difícil de uma solução, evitando-se o desvio fraudulento de recursos financeiros do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), recolhidos com a finalidade exclusiva para atender às despesas decorrentes dos benefícios previdenciários.

Em 100 anos de existência, a **Previdência Social** ainda está à mercê de pessoas inescrupulosas que, por meios ilícitos, são favorecidas pelas facilidades que o Sistema apresenta.

Reformas foram realizadas e a gestão administrativa do órgão permanece sem a correção dos procedimentos facilitadores que permitem a ação dos delinquentes.

Corrigir o malfeito tem que ser a prioridade.

DECLARAÇÃO

O que disse a ministra do Planejamento, Simone Tebet, é gravíssimo.

Em declaração à imprensa relatou sobre o Orçamento, cujo objetivo é recuperar até R\$ 20 bilhões em valores pagos por meio de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Disse mais: que o Tribunal de Contas da União (TCU), em investigação preliminar, identificou fraudes que correspondem a 10% dos benefícios concedidos.

Aliás, o tema não é surpresa para os segurados do **INSS** que sabem o quanto é retirado do Orçamento da **Seguridade Social** para cobrir outras despesas de governo. Procedimento irregular e que contraria o dispositivo estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigos 194 a 203.

PERÍCIAS

As perícias médicas estão atrasadas no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Por este motivo, a Instituição estará realizando um mutirão com o objetivo de diminuir o tempo que os segurados esperam pelo atendimento. Rio Grande do Sul, Paraná, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Amazonas, Pará, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os Estados de realização do mutirão.

Fato que não deveria estar acontecendo se a gestão administrativa do **INSS** tivesse, com planejamento adequado, se preparado para evitar esse constrangimento que deprime o beneficiário, cumpridor de suas obrigações e deveres para com a Instituição.

Que se corrija o malfeito e este não se repita.

APROVAÇÃO

Há mais de 20 anos, aposentados e pensionistas participantes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) aguardam, por uma questão de direito e justiça social, a aprovação do projeto de lei que lhes assegura a atualização e regularização dos proventos de suas aposentadorias e pensões, repetimos, enfatizando a defasagem que vem ocorrendo desde setembro de 1991, governo Collor de Mello, quando se desvinculou sem justificativa plausível o reajuste aplicado ao mesmo índice concedido ao salário mínimo. São mais de três décadas de prejuízos causados a aposentados e pensionistas.

Os deputados federais deverão de rever suas posições apreciando em plenário e aprovando a reivindicação.

REIVINDICAÇÃO

Neste espaço temos, há quase 20 anos, reivindicado a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões pagas pelo **INSS**, sempre destacando a aprovação unânime do Senado Federal e da Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados.

E isto, vamos continuar relatando, quantas vezes necessário for, até sensibilizar os nossos representantes deputados federais que, há mais de 15 anos têm o Projeto de Lei nº 4434 de 2008, em suas mãos para aprovação. Aposentados e pensionistas não entendem porque tanta demora dos seus representantes na Câmara dos Deputados. É preciso que estes reconheçam as dificuldades dos reivindicantes. Aprovação do PL-4434/2008 já!

RECURSOS

Recursos financeiros para cobrir todas as despesas com a atualização e regularização das aposentadorias e pensões estão contabilizadas na conta **Seguridade Social**.

As análises anuais formuladas pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)** e Fundação **Anfip**, divulgadas amplamente, nos asseguram os saldos superavitários, indicando como fonte de registro contábil o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Logo, as alegações de falta de recursos financeiros para corrigir o malfeito não têm justificativa, sustentação e procedência.

EDUCAÇÃO

"A base de todo Estado é a educação de sua juventude" (Diógenes).

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-8f1152324b2cf4d618b8213ea959aded.pdf

Imposto no pré-sal - PAINEL S.A.

PAINEL S.A.

Um navio-sonda alugado pela Petrobras está parado à espera de solução para um impasse entre a dona da embarcação e a **Receita Federal**. Em jogo está o pagamento de cerca de R\$ 500 milhões em **impostos** para que ele possa ser usado. O caso coloca em xeque o Repetro, programa de incentivo ao setor de óleo e gás, porque esse tipo de contrato era isento de **tributos** até hoje. Receita e Petrobras não quiseram se manifestar.

Mudou Avaliada em R\$ 1 bilhão, a embarcação foi barrada até que os **tributos** sejam pagos. Diferentemente de casos similares do passado, o fisco considerou o contrato uma importação simulada. Isso porque o aluguel dura 30 anos quando destinado à exploração de óleo e gás.

Forçado Pessoas que participam das conversas avaliam que a lei do Repetro contempla o aluguel. Para elas, o fisco forçou a mão e a nova norma deverá ser judicializada.

Manobra O setor vê na medida um sinal da sanha arrecadatória. Também considera que o governo esteja, via Receita, induzindo as petroleiras a adquirirem sondas próprias. No passado, isso levou à criação da Sete Brasil e deu no que deu: o setor foi alvo da Lava Jato e estaleiros enfrentaram recuperações judiciais.

Foco A Petrobras, que domina o mercado, decidiu, há mais de uma década, retirara compra de sondas de seu plano de investimento, forma de destinar os recursos à prospecção e à exploração.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50383&maxTouch=0&anchor=6482516&pd=9619870a1043f38c295b75247cc2d5f3>

Pacote para zerar déficit em 2024 tem turbulência à frente

Jéssica Sant'Ana, Raphael Di Cunto e Guilherme Pimenta

O pacote que deverá ser oficializado pelo governo na próxima quinta-feira (31) visando garantir aumento de receita para ajudar a cumprir a promessa de zerar o déficit primário em 2024 deve envolver quatro projetos de lei e duas medidas provisórias. A equipe econômica quer que os textos sejam convertidos em lei até o fim deste ano, mas parte das propostas enfrenta resistência e pode ter que passar por mudanças, apurou o Valor.

As medidas que dependem do Congresso são a maioria para que o governo consiga arrecadar os R\$ 130 bilhões estimados para fechar a conta no ano que vem. Os números ainda podem mudar porque estão sendo fechados pela equipe econômica até o envio da peça orçamentária. Mas o governo tem na gaveta planos "A, B, C e D", como costumam dizer integrantes do Ministério da Fazenda. As alternativas envolvem, por exemplo, transações tributárias - que não dependem do Congresso - e podem ajudar na missão do resultado primário igual a zero.

Das medidas que dependem dos congressistas, o projeto com tramitação mais avançada é o que altera a regra de empate nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** em favor do fisco.

O texto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e a previsão é que seja votado - e aprovado- no plenário antes de quinta. Com isso, segue para sanção presidencial, pois já tinha sido aprovado pela Câmara.

A proposta é uma prioridade para o Executivo. Há R\$ 1,2 trilhão em estoque no âmbito do órgão recursal da **Receita Federal**.

A Fazenda estima ser possível arrecadar no ano que vem, no mínimo, R\$ 40 bilhões com o retorno do voto de qualidade.

O projeto que regulamenta apostas esportivas também deve caminhar. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nomeou, na sexta-feira(25), o líder do PSDB, deputado Adolfo Viana (BA), como relator. A proposta passa a trancar a pauta de votações do plenário a

partir do dia 8 de setembro. O tucano terá duas semanas para negociar ajustes com o governo e com o setor. A medida deve render R\$ 2 bilhões de arrecadação em 2024.

A missão fica mais difícil quando se fala da medida provisória dos fundos exclusivos e do projeto de lei das "offshores". Apesar do acordo com Lira, os textos - que ainda nem chegaram ao Congresso, o que deve acontecer nesta segunda (28) - já enfrentam resistência.

Conforme adiantou o Valor na sexta, a cúpula da Câmara discorda da proposta da Fazenda de cobrar uma alíquota de 10% sobre a antecipação do pagamento de Imposto de Renda (IR) dos fundos exclusivos e deve reduzi-la a 6%, mesmo patamar aprovado pela casa em 2021 na reforma do Imposto de Renda. Os 6%, lembram fontes, foram o percentual combinado com representantes do mercado financeiro na época. A cobrança, contudo, nunca chegou a ocorrer porque o Senado travou a reforma da tributação sobre a renda.

Atualmente, os fundos exclusivos só recolhem IR quando são encerrados ou quando os recursos são sacados. O governo pretende que eles passem a ser tributados periodicamente, como ocorre no sistema "come-cotas", e enviará uma MP com este objetivo. O texto também vai propor a tributação do estoque de rendimentos. Com isso, a Fazenda espera arrecadar R\$ 3 bilhões ainda em 2023 e pouco mais de R\$ 7 bilhões no ano que vem.

Governistas acreditam que a mudança pode se tornar um novo foco de embate entre os deputados e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas líderes partidários ressaltam que já teria ocorrido acordo nos bastidores com o secretário- executivo do ministério, Dario Durigan, para a redução, apurou o Valor. Durigan liderou as negociações, pois Haddad acompanhou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em viagem à África.

Já a tributação das "offshores" foi enviada inicialmente pelo governo como medida provisória, mas terá de ser convertida em projeto de lei, a pedido do Congresso.

Lira já sinalizou que o texto terá de deixar de considerar os ganhos com variação cambial da

"offshore" para fazer a tributação. A ideia da Fazenda era que a variação cambial do recurso investido no exterior compusesse o ganho de capital tributável. A expectativa de arrecadação era de R\$ 3,6 bilhões.

Há, ainda, o projeto de lei que vai propor o fim dos juros sobre capital próprio (JCP), mecanismo usado por grandes empresas para se financiar e reduzir o pagamento de IR. O Valor apurou que ainda não há acordo. A Fazenda vai sugerir o fim do mecanismo, mas o assunto não foi discutido com Lira nas reuniões da semana passada.

Na reforma do IR, a Câmara chegou a aprovar o fim deste instrumento, mas, como contrapartida, havia uma redução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, o que não ocorrerá neste momento.

Haverá, ainda, uma medida provisória para tratar da tributação de benefícios fiscais concedidos pelos Estados no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), apurou o Valor. Esse tema foi decidido em abril pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a favor da União, mas a Fazenda regulamentará a questão para garantir a arrecadação, além de abrir transação tributária para débitos antigos.

Haddad vem falando em arrecadar até R\$ 90 bilhões, mas o valor que deve ir na peça orçamentária deve girar em R\$ 50 bilhões.

Se são seis as medidas que ainda dependem do Congresso, por outro lado, as novas regras para preço de transferência já viraram lei. O governo apoiou uma medida provisória enviada pelo governo anterior ao Congresso. Essa MP já foi aprovada e sancionada. Falta a regulamentação da **Receita Federal**.

O preço de transferência é o nome dado à forma de apuração de parte do lucro das multinacionais para fins de pagamento do IR e CSLL. O governo vem falando em uma arrecadação adicional de R\$ 25 bilhões por ano com a mudança nas regras de cálculo.

MP sobre fundos exclusivos e projeto de lei de "offshores" já têm resistência no Congresso

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Pacote para zerar déficit em 2024 tem turbulência à frente

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1§ion=1)

Carf mantém cobrança de IR e CSLL sobre crédito presumido de ICMS

Beatriz Olivon De Brasília

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** manteve uma cobrança de IR e CSLL recebida pelo ES Atacado sobre valores de crédito presumido de ICMS - incentivo fiscal geralmente oferecido para atrair investimentos.

A decisão contraria precedente da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 2018, que afasta a tributação.

Os conselheiros da 1ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção do **Carf** concluíram que o IR e a CSLL devem incidir se a empresa registra os valores do incentivo como receita operacional. A limitação, contudo, não consta do acórdão da Corte superior (1517492).

A decisão no **Carf** foi proferida por maioria de votos (6 a 2).

Porém, ainda cabe recurso à Câmara Superior.

Na autuação, a **Receita Federal** cobra IRPJ e CSLL de 2011 e 2012 do ES Atacado. Os valores em questão foram concedidos como incentivo pelo Estado da Paraíba.

A **Receita Federal** interpreta esses créditos presumidos de ICMS como subvenções de custeio, portanto, não poderiam ter sido excluídos da apuração do lucro real, que é base de cálculo do IR e da CSLL, gerando pagamento a menor dos **tributos**.

Para o relator no **Carf**, conselheiro José Eduardo Dornelas Souza, que ficou vencido, no caso concreto foram atendidos os requisitos necessários à aplicação retroativa da regra introduzida pela Lei Complementar nº 160, de 2017. Esta norma passou a tratar benefícios fiscais relativos ao ICMS como subvenção para investimento.

Contudo, para a maioria dos conselheiros do **Carf**, valores de crédito presumido de ICMS apontados como subvenção para investimento não podem ser retirados da base de cálculo do IRPJ e da CSLL se os valores são registrados como receita (processo nº 10480.726354/2015-71).

Prevaleceu o voto do conselheiro Iágaro Jung Martins.

Para ele, no caso concreto, falta cumprimento de requisitos legais para a fruição do benefício fiscal, denominado Regime Especial de Tributação de ICMS, instituído pelo Estado da Paraíba. Além disso, diz ele, para a caracterização da subvenção é necessário que os valores sejam registrados em reserva de lucros, que só pode ser usada para a absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

De acordo com o advogado Bruno Teixeira, sócio do Tozzini-Freire Advogados, a decisão do **Carf** não segue o precedente do STJ de 2018 de que a tributação sobre crédito presumido seria excluída "em qualquer situação".

O advogado lembra que no julgamento mais recente do STJ sobre incentivos fiscais, em recurso repetitivo (que deve ser seguido pelas instâncias inferiores do Judiciário), o STJ não julgou o caso de crédito presumido, mas de outros tipos de incentivo fiscal.

"A Seção [do STJ] já havia definido que crédito presumido não é receita e, portanto, não deve ser computado na base de cálculo do IRPJ e da CSLL", afirmou.

Para Teixeira, já era esperado que o **Carf** não seguiria a decisão da 1ª Seção do STJ. Mas ele chama a atenção para o argumento de que contabilizar esses valores como "receita" seria um problema.

"Para o colegiado, pela ementa da decisão, se a empresa contabilizou como receita, ela não pode deduzir da base do IRPJ e da CSLL", diz. "Isso é completamente novo, até porque o crédito presumido normalmente é contabilizado como receita", afirma.

Por meio de nota, a PGFN informou que segundo a decisão da Turma do **Carf**, a contribuinte não preencheu os requisitos da Lei nº 12.793, de 2014, que determina que as subvenções sejam registradas contabilmente como reserva de lucros. "Os valores relativos a subvenções de ICMS foram registrados contabilmente como receitas operacionais, contrariando, portanto, a regra prevista no artigo 30", afirma. Por isso, a procuradoria considera que a decisão do **Carf** está em conformidade com o acórdão do STJ no recurso repetitivo sobre incentivos fiscais "Decisão do **Carf** não segue o precedente do STJ de 2018" Bruno Teixeira

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643>

Pressão na previdência

GERALDA DOCA E LETÍCIA LOPES

O ritmo de crescimento dos benefícios do **INSS** exigirá uma nova reforma da Previdência já no próximo governo, mostra estudo com base nos dados do Censo de 2022. Segundo o levantamento, o avanço dos pagamentos de aposentadorias e pensões foi três vezes mais veloz que a expansão da população brasileira nas últimas quatro décadas, uma tendência que deve se manter, pressionando as contas públicas. O descompasso é resultado do envelhecimento da população, com cada vez menos jovens contribuindo para sustentar o sistema, e agravado pela informalidade do mercado de trabalho, em que muitos empregados não têm carteira assinada e não recolhem para a Previdência.

Segundo o economista Rogério Nagamine, autor da pesquisa publicada no Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), entre 1980 e 2022 os benefícios previdenciários tiveram alta de 3,9% ao ano, enquanto o aumento da população foi de apenas 1,3%. Em 1980, o Brasil pagava um benefício para cada 15,3 habitantes. No ano passado, essa relação já era de um benefício para cada 5,4 habitantes.

Quando se inclui nessa conta pagamentos assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), dado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, que não contribuíram para a Previdência, os dados reforçam a discrepância. Houve um aumento de 383,4% nos benefícios no período de 42 anos frente a um crescimento de 70,6% da população.

REAVLIAÇÃO DO MEI Na avaliação de Nagamine, o Censo indica a necessidade de mudança nas regras de aposentadoria já a partir de 2027. Isso porque, com o rápido envelhecimento da população, as despesas com benefícios vão consumir cada vez mais recursos de áreas prioritárias, como saúde e educação, além de comprometer outras políticas públicas.

- Os dados do Censo mostram que é preciso um planejamento de médio e longo prazos para evitar problemas fiscais, diante do envelhecimento da população - afirma o economista.

Ele destaca que o debate sobre o financiamento do regime de aposentadoria se impõe não só por conta da demografia, mas pelo avanço da informalidade, com a expansão, por exemplo, de atividades por

aplicativos por profissionais que não contribuem e dependerão do **INSS** no futuro.

É o caso do motorista de aplicativo Carlos Alberto Vieira, de 42 anos. Depois de 14 anos de emprego formal, ele foi demitido há seis anos. Tentou voltar ao mercado, sem sucesso, e a saída foi recorrer às plataformas de transporte, onde consegue faturar uma média de R\$ 3,5 mil mensais.

Sem reservas financeiras e proteção social, Vieira se preocupa com o futuro, quando deixar de trabalhar: - Cheguei a cogitar pagar ao **INSS** como autônomo, mas as tarifas dos aplicativos só pioram. O custo é alto e não sobra dinheiro. Fico preocupado como vai ser quando estiver mais velho, até porque aparecem mais despesas com médicos, remédios...

Para Marcelo Neri, economista e diretor da FGV Social, é preciso dar seguridade a esses trabalhadores, sem inviabilizar as operações: - Equiparar contribuições previdenciárias e encargos trabalhistas ao emprego formal talvez inviabilize a operação. Acredito em um meio do caminho, que garanta direitos, mas que incentive o crescimento.

Apesar da necessidade de ampliar a cobertura da Previdência, Nagamine sugere, por exemplo, reavaliar o programa do Microempreendedor Individual (MEI), com alíquota previdenciária facilitada (5% sobre o salário mínimo): -O programa tem sido caracterizado por inadequada focalização e tem permitido a substituição de emprego com carteira de trabalho.

Em 2021, diz ele, MEIs representavam cerca de 10% dos contribuintes do **INSS**, mas respondiam por cerca de apenas 1% da receita do regime.

Além da alíquota, que precisaria ser mais bem calibrada, Nagamine critica o valor do faturamento anual do programa, que é de R\$ 81 mil, e o governo quer subir para R\$ 144,9 mil.

Manicure há mais de duas décadas, Jaqueline Lima da Silva, de 51, tornou-se MEI há dez anos, quando os salões de beleza começaram a substituir os profissionais com carteira assinada por prestadores de serviço. Com a contribuição de 5% que vai lhe garantir apenas um salário mínimo de aposentadoria na velhice, ela não projeta conforto ou segurança financeira, mas mais trabalho: - Tiro de R\$ 2 mil a 2,5 mil por mês hoje, o que é pouco, mas nem me imagino ganhando só um salário lá na frente. Se pudesse,

contribuía mais, mas não dá. Vou continuar trabalhando mesmo aposentada.

PESO DO SALÁRIO MÍNIMO O ex-secretário de Previdência Leonardo Rolim, que participou da elaboração da reforma do regime no governo anterior, afirma que estimativas apontam que, apesar do crescimento das despesas previdenciárias, elas se mantêm estáveis em proporção ao Produto Interno Bruto (**PIB**) até o início da próxima década. Porém, a política de valorização do salário mínimo ressuscitada pelo atual governo pode antecipar a reforma, já que os benefícios têm como referência o piso nacional. Medida aprovada pelo Congresso na última semana estabelece que o mínimo será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior mais a variação do **PIB** de dois anos antes, como era até 2019.

-Se o **PIB** crescer, como todos desejam, as despesas com benefícios vão superar as receitas e causar desequilíbrios no sistema - destaca Rolim.

Para Paulo Tafner, economista e presidente do Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), o cenário é mais difícil. O argumento é que, mesmo se o **PIB** cair, o salário mínimo pressiona as contas previdenciárias devido à correção da **inflação**.

Ele lembra, ainda, que a última reforma deixou de fora trabalhadores rurais, BPC e manteve diferenciada idade mínima de aposentadoria entre homens e mulheres, que vivem mais: - A gente precisa de uma (outra) reforma logo. O próximo governo vai ter que fazer. Não tem jeito.

Luís Eduardo Afonso, professor da Universidade de São Paulo (USP), concorda com a necessidade de correções na Reforma da Previdência, como o aumento automático da idade mínima para aposentadoria: -A gente tem um terço da população economicamente ativa não contribuindo, o que é um conjunto muito expressivo de trabalhadores. A expectativa de vida vai continuar subindo, e vamos precisar discutir isso. O aumento da idade de aposentadoria ao longo do tempo é impopular, mais sofrido para os trabalhadores, mas não tem como fugir, está ligado diretamente à mudança demográfica.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estagnação abala contrato social na China

Nathaniel Taplin

As notícias econômicas vindas da China neste terceiro trimestre têm sido, em uma palavra, deprimentes.

E os números que aparecem nas manchetes, por piores que sejam, ainda sugerem um problema mais fundamental: Pequim não conseguiu convencer as famílias de que seu futuro financeiro está garantido na era pós-covid.

O principal dado de julho do país, anunciado no começo de agosto, mostra um quadro de uma economia perto da estagnação. O crescimento das vendas no varejo desacelerou para 2,5% em comparação ao mesmo período do ano passado - com a **inflação** dos preços ao consumidor já negativa. O setor industrial mal cresceu: 0,1% em relação a julho em termos sazonalmente ajustados. E os bancos concederam o menor volume líquido de novos empréstimos desde 2009. Pequim respondeu reduzindo duas importantes taxas de política - e anunciando que não divulgará dados sobre o desemprego entre os jovens, que vinha se mostrando em torno de 20%.

Após um começo de ano aparentemente promissor, como as coisas ficaram tão ruins novamente, e tão rápido?

Há muitas coisas ruins para escolher: as exportações estão em queda, os investimentos externos estão secando e o mercado de trabalho em geral está enfraquecendo novamente.

Mas talvez a explicação mais convincente seja esta: as famílias vêm sofrendo uma enorme, e possivelmente permanente, perda de confiança em suas perspectivas de renda futura e na segurança e valor de seu principal ativo financeiro, a moradia. E nos dois casos, as políticas recentes de Pequim merecem grande parte da culpa, o que pode ser uma das razões pelas quais os dados econômicos subitamente se tornaram tão sensíveis.

Um pouco de história ajuda aqui. Os comentários sobre o milagre econômico da China frequentemente se concentram na reforma das empresas estatais. Mas a privatização do estoque de moradias do país nos anos 80, 90 e começo dos anos 2000, uma das maiores transferências de riqueza para as famílias da história, indiscutivelmente foi tão importante quanto. Ela deu às famílias um mínimo de segurança

financeira real e uma fonte de capital para investir em novos negócios - assim como o espaço para o setor privado na China se abrir amplamente.

Desde então, a habitação tem funcionado, para muitas famílias, como uma combinação de plano de aposentadoria, apólice de seguro e carteira de ações. Os preços das moradias em constante alta - e a riqueza - têm sido uma dor de cabeça para os compradores jovens e um fator de endividamento, mas também ajudaram a preencher lacunas na rede de segurança social para poupadores de meia-idade.

O aperto implacável de Pequim sobre os financiamentos a incorporadoras, os calotes da megaincorporadora Evergrande e a longa e profunda crise imobiliária que se seguiu - com muitas famílias deixadas à espera de apartamentos comprados na planta, que poderiam nunca ser construídos - foram, portanto, um grande golpe para muitas famílias. E isso aconteceu num momento em que o setor de serviços, a principal fonte de bons empregos, já se enfraquecia graças às políticas draconianas para combater a covid-19 e a repressão aos setores de tecnologia e educação da internet.

Para uma analogia grosseira em termos americanos, imagine que durante os "lockdowns" da covid-19 em 2020, Washington também tivesse decidido cortar radicalmente os benefícios futuros da **Previdência Social** e do Medicare - lançando simultaneamente um ataque ao Vale do Silício, uma das fontes restantes de crescimento de bons empregos.

As famílias responderam boicotando o mercado da habitação e pagando dívidas em uma escala aparentemente sem precedentes na história recente chinesa. O estoque de financiamentos imobiliários residenciais individuais na China caiu de forma flagrante no quarto trimestre de 2022 e no segundo trimestre de 2023 - algo que não aconteceu nem mesmo durante a queda muito mais acentuada dos preços dos imóveis no fim de 2014 e começo de 2015. As incorporadoras venderam 60,3 milhões de pés quadrados de imóveis residenciais em julho - o menor número em qualquer mês desde 2012, segundo a provedora de dados Ceic.

Enquanto isso, após um breve salto pós-covid, as famílias se voltaram novamente para a poupança preventiva. Cerca de 58% dos participantes de uma pesquisa do banco central com correntistas urbanos indicaram uma preferência por aumentar os depósitos

de poupança no segundo trimestre, ligeiramente abaixo dos 62% de dezembro de 2022, mas um aumento de quase 15 pontos percentuais desde a metade de 2019. Apenas 24,5% se mostraram inclinados a aumentar o consumo.

Agora, com outra grande incorporadora - Country Garden - aparentemente mal das pernas e a economia flertando com a deflação, parece claro que chegou a hora de flexibilizar o balanço do governo central. Um grande estímulo ao consumo seria a única maneira de convencer as famílias de que o governo está preocupado com os interesses delas novamente - e não só com políticas industriais grandiosas e com a geopolítica. Um apoio muito mais rígido às incorporadoras será politicamente intragável, mas provavelmente necessário também. Uma abordagem que pode ser mais fácil de engolir seria um programa de "redesenvolvimento de favelas" ampliado e com financiamento público, do tipo usado para resgatar incorporadoras em 2016.

Caso contrário, se Pequim não conseguir provar para as famílias que ainda é capaz de ações práticas e energéticas no interesse delas, a China poderá passar por um período doloroso de estagnação econômica - e, eventualmente, também de instabilidade política.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1§ion=1)**

Plano quer atender 230 mil em situação de rua e promete investimentos

Estevão Taiar

O plano do governo federal voltado para a população em situação de rua terá cinco eixos principais e atenderá mais de 230 mil pessoas em um primeiro momento.

O conjunto de propostas vem sendo elaborado e coordenado desde fevereiro pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e deverá ser apresentado em aproximadamente um mês para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A secretária-executiva do MDHC, Rita Cristina de Oliveira, diz que o plano terá "ações transversais e bem amplas" que exigirão "esforços muito grandes de articulação federativa" com Estados e municípios e "bastante dinheiro".

"Realmente precisaremos de bastante investimento", diz, sem mencionar uma ordem de grandeza.

"É uma população que há muitos anos está sofrendo com uma ausência sistêmica de políticas públicas e cujos números cresceram absurdamente." No fim de julho, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que União, Estados e municípios adotem, cada um, medidas específicas direcionadas a moradores em situação de rua. A decisão foi uma resposta a ação dos partidos Rede e Psol e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Para o governo federal caberá, por exemplo, implantar efetivamente a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR).

A PNPSR tem 14 objetivos, entre os quais "assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda" e "disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho". O prazo dado por Moraes acaba no fim de novembro.

"Mas estamos trabalhando até com um prazo menor", diz a secretária-executiva do MDHC, lembrando que o plano vem sendo elaborado, por ordem do próprio Lula, desde o começo do ano.

Os cinco eixos do plano do governo federal são: habitação e moradia; enfrentamento à violência institucional; trabalho e renda; saúde e cidadania; levantamento do perfil da população em situação de rua.

Já as ações vêm sendo articuladas em parceria com diversos ministérios, como: Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Saúde; Trabalho e Emprego; Justiça; Cidades; Educação; Gestão e Inovação em Serviços Públicos; e Cultura. Estão também envolvidos outros órgãos do governo federal, a exemplo de Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República. De acordo com a secretária do MDHC, o plano é "bem mais robusto" que a decisão de Moraes.

Para elaborar as propostas, o governo federal realizou uma espécie de diagnóstico preliminar sobre essa população, com base em informações do Cadastro Único para Programas Sociais e outros cadastros semelhantes, como o Censo do Sistema Único da Assistência Social (Suas). Mas Rita reconhece que "existe uma ampla margem da população em situação de rua que não está nesses cadastros, porque não acessa as políticas de Estado".

Assim, para mapear melhor a situação dessa população, o governo federal trabalha com os próprios IBGE e Ipea em um censo muito mais amplo a ser realizado em meados do ano que vem.

Entre os números encontrados no diagnóstico preliminar, estão: 236,4 mil pessoas estavam em situação de rua no ano passado, alta de 370% em relação a 2015; crescimento de 200%, no mesmo período, do número de municípios em que havia pessoas nessa situação.

O Ipea lançou, inclusive, uma espécie de censo da população em situação de rua em fevereiro. Os números mostravam que essa população tinha superado 281 mil pessoas, alta de 38% ante 2019.

Além do plano em elaboração, a União também vem sendo procurada com frequência por prefeitos,

preocupados com os impactos sobre as contas públicas de municípios da decisão de Moraes. "A gente precisa ter a participação do governo federal, não só no discurso, mas na prática", afirmou o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), no início de agosto, depois de reunião com o ministro do STF.

A própria secretária do MDHC reconhece que será necessário "um trabalho bastante robusto de articulação com os municípios" para colocar todo o plano de pé.

Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e do Mecila, Bianca Tavolari destaca a importância dos eixos de habitação e moradia e enfrentamento à violência institucional presentes no plano. O primeiro deles é essencial porque "a solução para a população em situação de rua passa por ter endereço fixo", já que isso facilita o acesso a serviços públicos, por exemplo. Mas também porque "moradia é algo decisivo para evitar que mais gente entre em situação de rua". Segundo ela, "conseguir uma moradia subsidiada ou de graça para alguém que está há um mês na rua faz com que essa pessoa não quebre vínculos" dos mais variados tipos, o que evita uma espécie de círculo vicioso.

A pesquisadora admite que a solução habitacional é complexa, mas afirma que há "consenso" a respeito do tema em outros países e cita exemplos bem-sucedidos de Espanha, Portugal e Finlândia.

Embora apresente diversos problemas como "pequena escala" e restrição de horários para idas e vindas, o Vila Reencontro, programa da prefeitura de São Paulo, foi inspirado nesse modelo, de acordo com ela.

Por fim, Bianca reconhece a necessidade de um diagnóstico mais completo da população em situação de rua. "Mas é difícil e caro."

"É uma população que há muitos anos sofre com uma ausência sistêmica de políticas públicas" Rita de Oliveira

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1§ion=1)**

Nova Reforma da Previdência? Veja os motivos para mexer mais uma vez nas regras de aposentadorias e pensões

Por Geralda Doca e Letícia Lopes - Brasília e Rio

O ritmo de crescimento dos benefícios do **INSS** exigirá uma nova reforma da Previdência já no próximo governo, mostra estudo com base nos dados do Censo de 2022. Segundo o levantamento, o avanço dos pagamentos de aposentadorias e pensões foi três vezes a expansão da população brasileira nas últimas quatro décadas, uma tendência que deve se manter, pressionando as contas públicas. O descompasso é resultado do envelhecimento da população, com cada vez menos jovens contribuindo para sustentar o sistema, e agravado pela informalidade do mercado de trabalho, em que muitos empregados não têm carteira assinada e não recolhem para a Previdência.

Segundo o economista Rogério Nagamine, autor da pesquisa publicada no Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), entre 1980 e 2022 os benefícios previdenciários tiveram alta de 3,9% ao ano, enquanto o aumento da população foi de apenas 1,3%. Em 1980, o Brasil pagava um benefício para cada 15,3 habitantes. No ano passado, essa relação já era de um benefício para cada 5,4 habitantes.

Quando se inclui nessa conta pagamentos assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), dado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, que não contribuíram para a Previdência, os dados reforçam a discrepância. Houve um aumento de 383,4% nos benefícios no período de 42 anos frente a um crescimento de 70,6% da população.

Na avaliação de Nagamine, o Censo indica a necessidade de mudança nas regras de aposentadoria já a partir de 2027. Isso porque, com o rápido envelhecimento da população, as despesas com benefícios vão consumir cada vez mais recursos de áreas prioritárias, como saúde e educação, além de comprometer outras políticas públicas.

- Os dados do Censo mostram que é preciso um planejamento de médio e longo prazos para evitar problemas fiscais, diante do envelhecimento da população - afirma o economista.

Ele destaca que o debate sobre o financiamento do regime de aposentadoria se impõe não só por conta da demografia, mas pelo avanço da informalidade, com a expansão, por exemplo, de atividades por aplicativos por profissionais que não contribuem e dependerão do **INSS** no futuro.

É o caso do motorista de aplicativo Carlos Alberto Vieira, de 42 anos. Depois de 14 anos de emprego formal, ele foi demitido há seis anos. Tentou voltar ao mercado, sem sucesso, e a saída foi recorrer às plataformas de transporte, onde consegue faturar uma média de R\$ 3,5 mil mensais. Sem reservas financeiras e proteção social, Vieira se preocupa com o futuro, quando deixar de trabalhar:

- Cheguei a cogitar pagar ao **INSS** como autônomo, mas as tarifas dos aplicativos só pioram. O custo é alto e não sobra dinheiro. Fico preocupado como vai ser quando estiver mais velho, até porque aparecem mais despesas com médicos, remédios...

Para Marcelo Neri, economista e diretor da FGV Social, é preciso dar seguridade a esses trabalhadores, sem inviabilizar as operações:

- Equiparar contribuições previdenciárias e encargos trabalhistas ao emprego formal talvez inviabilize a operação. Acredito em um meio do caminho, que garanta direitos, mas que incentive o crescimento.

Apesar da necessidade de ampliar a cobertura da Previdência, Nagamine sugere, por exemplo, reavaliar o programa do Microempreendedor Individual (MEI), com alíquota previdenciária facilitada (5% sobre o salário mínimo):

- O programa tem sido caracterizado por inadequada focalização e tem permitido a substituição de emprego com carteira de trabalho.

Em 2021, diz ele, MEIs representavam cerca de 10% dos contribuintes do **INSS**, mas respondiam por cerca de apenas 1% da receita do regime. Além da alíquota, que precisaria ser mais bem calibrada, Nagamine critica o valor do faturamento anual do programa, que

é de R\$ 81 mil, e o governo quer subir para R\$ 144,9 mil.

Manicure há mais de duas décadas, Jaqueline Lima da Silva, de 51, tornou-se MEI há dez anos, quando os salões de beleza começaram a substituir os profissionais com carteira assinada por prestadores de serviço. Com a contribuição de 5% que vai lhe garantir apenas um salário mínimo de aposentadoria na velhice, ela não projeta conforto ou segurança financeira, mas mais trabalho:

- Tiro de R\$ 2 mil a 2,5 mil por mês hoje, o que é pouco, mas nem me imagino ganhando só um salário lá na frente. Se pudesse, contribuía mais, mas não dá. Vou continuar trabalhando mesmo aposentada.

O ex-secretário de Previdência Leonardo Rolim, que participou da elaboração da reforma do regime no governo anterior, afirma que estimativas apontam que, apesar do crescimento das despesas previdenciárias, elas se mantêm estáveis em proporção ao Produto Interno Bruto (**PIB**) até o início da próxima década. Porém, a política de valorização do salário mínimo ressuscitada pelo atual governo pode antecipar a reforma, já que os benefícios têm como referência o piso nacional. Medida aprovada pelo Congresso na última semana estabelece que o mínimo será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior mais a variação do **PIB** de dois anos antes, como era até 2019.

- Se o **PIB** crescer, como todos desejam, as despesas com benefícios vão superar as receitas e causar desequilíbrios no sistema - destaca Rolim.

Para Paulo Tafner, economista e presidente do Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), o cenário é mais difícil. O argumento é que, mesmo se o **PIB** cair, o salário mínimo pressiona as contas previdenciárias devido à correção da **inflação**. Ele lembra, ainda, que a última reforma deixou de fora trabalhadores rurais, BPC e manteve diferenciada idade mínima de aposentadoria entre homens e mulheres, que vivem mais:

- A gente precisa de uma (outra) reforma logo. O próximo governo vai ter que fazer. Não tem jeito.

Luís Eduardo Afonso, professor da Universidade de São Paulo (USP), concorda com a necessidade de correções na Reforma da Previdência, como o aumento automático da idade mínima para aposentadoria:

- A gente tem um terço da população economicamente ativa não contribuindo, o que é um conjunto muito expressivo de trabalhadores. A expectativa de vida vai

continuar subindo, e vamos precisar rediscutir isso. O aumento da idade de aposentadoria ao longo do tempo é impopular, mais sofrido para os trabalhadores, mas não tem como fugir, está ligado diretamente à mudança demográfica.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/28/nova-reforma-da-previdencia-veja-os-motivos-para-mexer-mais-uma-vez-nas-regras-de-aposentadorias-e-pensoes.ghtml>

Mais do mesmo ou salto no escuro, o dilema argentino (Editorial)

As eleições deste ano vão colocar os argentinos diante de um dilema. De um lado estarão dois candidatos vinculados a partidos que fracassaram no governo do país na última década. Do outro, um candidato inexperiente em política que promete um remédio na aparência revolucionário, porém muito arriscado.

Há uma sensação ampla entre os eleitores argentinos de que as candidaturas do atual ministro da Economia, o peronista Sérgio Massa, e da ex-ministra Patricia Bullrich são mais do mesmo. Massa, apesar de não ser kirchnerista, é o timoneiro da nave governista que está entregando um país em frangalhos. Já Bullrich é ligada ao ex-presidente Mauricio Macri, cujo governo também terminou em crise econômica e desacreditado. Tanto Massa como Bullrich prometem reformas pró-mercado e liberalizantes, mas carregam o peso do fracasso dos dois últimos governos.

A alternativa é o ultraliberal Javier Milei, um outsider, com pouca experiência política e nenhuma de governo-ele é deputado federal há dois anos-e que tem uma estrutura partidária incipiente. Milei propõe uma terapia de choque para a Argentina, baseada num receituário ideológico libertário nunca testado em nenhuma economia importante. Ele promete um corte brutal de gastos públicos e uma grande redução de **impostos**. O objetivo é aliviar o peso do Estado na economia e libertar as forças do capital privado.

Milei diz, com razão, que as forças produtivas no país estão reprimidas por uma carga excessiva de regras e **impostos** e por uma elevada interferência do Estado, que distorce a economia. Basta recordar que a Argentina tem hoje 16 taxas de câmbio diferentes para o dólar. O ajuste fiscal, que Milei disse recentemente que superaria o pedido pelo Fundo Monetário Internacional, seria baseada no corte de subsídios e no corte e/ou privatização de serviços públicos, como saúde e educação. Haveria ainda uma forte redução no quadro de funcionários públicos, numa ampla reforma do Estado.

Milei pretende ainda eliminar o Banco Central. Para os libertários, o BC é uma estrutura estatal desnecessária, cujas atribuições podem ser exercidas pelo mercado. E é danoso, pois permite a emissão monetária descontrolada para financiar o governo, como no caso da Argentina. Eles atribuem recessões a intervenções desnecessárias do BC nos mercados.

A eliminação do BC coincidiria com a dolarização da economia. Os argentinos poderiam usar livremente o dólar (ou qualquer outra moeda) no seu dia a dia. Parte da economia, como o mercado imobiliário, hoje já é de fato dolarizada.

Outra proposta é a abertura comercial irrestrita e unilateral. Para Milei, essa abertura é benéfica para a economia, pois favorece a alocação dos recursos escassos em setores onde o país é mais competitivo, além de fomentar a concorrência. O candidato promete ainda acabar com obras públicas, que seriam fontes de corrupção. Essas obras seriam concedidas ao setor privado.

São propostas que alguns consideram inovadoras, mas que, para muitos economistas, são arriscadas e difíceis demais de implementar. Ainda mais para um governo que provavelmente não teria maioria no Congresso. Questões como eliminar o banco central são altamente controversas. Apenas um punhado de países pequenos, como Nauru, Mônaco ou Panamá, em geral sem moeda própria, não tem banco central hoje. Acabar com o BC seria um teste inédito numa grande economia. E, possivelmente, a Argentina é o lugar menos adequado para esse tipo de teste, pela desorganização e fragilidade da sua economia. É como testar uma dieta alimentar nova num doente em estado crítico.

Milei responde dizendo que o seu projeto de reformas é gradual e que o plano completo levaria 35 anos. Essas ressalvas levantam outras indagações. Se o projeto é gradual e é improvável que muitas das propostas sejam aprovadas pelo Congresso, o que ele fará exatamente? Que políticas adotará? Não se sabe. A dilatação do plano econômico em 35 anos é preocupante num país que não sabe bem como quitará suas dívidas até o final deste ano. Que gestor pode propor um projeto de 35 anos? Se Lula ou Bolsonaro dissesse isso no Brasil seria ridicularizado e/ou acusado de pretender se eternizar no poder. Chega a parecer uma desculpa antecipada para o insucesso.

A abertura comercial completa também é de difícil execução. Ela se chocaria com as regras do Mercosul e com a tendência mundial, que hoje é de mais fechamento, e não de abertura comercial. Além disso, no curto prazo pode gerar déficits comerciais que a

Argentina hoje não tem como financiar. Há o risco de que setores menos competitivos, especialmente na indústria, sejam dizimados. A dolarização também já foi testada pela Argentina, não deu certo e resultou em desindustrialização.

Assim, os argentinos irão às urnas em meio a expectativas duvidosas. A primeira é que um dos dois grupos políticos tradicionais tenha aprendido com os erros cometidos e adote desta vez as políticas corretas, certamente muito dolorosas. A segunda é que um programa nunca testado e altamente arriscado dê certo num país instável como a Argentina.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230825/>

Democracia melhor (Editorial)

Legisladores naturalmente resistem a modificar as regras pelas quais conquistaram seus postos. Essa lógica ajuda a entender a dificuldade para a aprovação de uma **reforma política** ou mesmo de providências mais simples, como ajustar periodicamente a composição da Câmara dos Deputados.

Conforme o artigo 45 da Constituição, o número de deputados eleitos em cada estado será proporcional à população, respeitando-se os limites mínimo de oito e máximo de 70, e as eventuais alterações necessárias no tamanho das bancadas devem ser previstas nos anos anteriores aos pleitos.

Entretanto a última vez que o Congresso se dispôs a tratar do tema foi há 30 anos, quando uma lei complementar elevou de 503 para 513 a quantidade de cadeiras na Câmara. De lá para cá, as transformações demográficas apuradas nos censos de 2000 e 2010 foram ignoradas pelos parlamentares.

Terá impacto considerável, portanto, a decisão tomada na sexta (25) pelo Supremo Tribunal Federal de determinar que as bancadas a serem eleitas em 2026 sejam proporcionais às populações estaduais contadas no censo de 2022.

Por unanimidade, os magistrados definiram que o Congresso deve aprovar lei nesse sentido até 30 de junho de 2025; caso contrário, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral fazer a adequação.

Recorde-se que o mesmo TSE tentou ajustar as bancadas em 2013 por resolução própria -que foi considerada inconstitucional pelo Supremo, devido ao entendimento de que a medida cabia ao Legislativo.

A omissão dos parlamentares ante um mandamento constitucional, no entanto, persistiu.

Segundo contas do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), sete estados (RJ, BA, RS, PI, PB, PE e AL) perderão vagas na Câmara, enquanto outros sete (SC, PA, AM, MG, CE, GO e MT) ganharão. Também muda nessas unidades federativas o tamanho das Assembleias Legislativas.

A medida aperfeiçoa a democracia brasileira ao tornar mais justos os critérios de representatividade. Os votos de todos os brasileiros, afinal, deveriam ter o mesmo peso.

Para que tal princípio fosse integralmente aplicado,

seria necessário também eliminar os limites mínimo e máximo para as bancadas estaduais, que prejudicam em particular São Paulo, estado mais populoso e sub-representado. Essa, porém, é uma distorção histórica e consagrada na Constituição.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50383>

Lula destrava metade das emendas, mas insatisfação no Congresso cresce

Thiago Resende, Julia Chaib e Victoria Azevedo Brasília

Líderes do Congresso elevaram neste mês o tom das reclamações de lentidão na liberação de emendas, principalmente aquelas que são conhecidas como emendas extra, por dependerem de aval de ministros.

A insatisfação passou a tomar parte das reuniões comandadas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com demais integrantes da Casa e membros do governo.

A Folha também presenciou conversas entre líderes de partido e deputados para falar sobre como acelerar os repasses. Emenda é a forma de deputados e senadores enviarem mais dinheiro a suas bases eleitorais e, com isso, ganhar capital político ao apresentar obras e projetos nas cidades.

Aliados de Lira têm pressionado os ministérios com o argumento de que agora restaram as emendas cujo processo de análise é mais complexo.

Até agora, o presidente Lula (PT) autorizou R\$ 24,5 bilhões em emendas. Portanto, mais da metade do total previsto para o ano, que é de R\$ 46,2 bilhões, um recorde.

Congressistas, porém, dizem que a parcela que mais importa, a das emendas extras, está bem abaixo desse ritmo.

Lula costurou um acordo político com a cúpula do Congresso após o STF (Supremo Tribunal Federal) extinguir no fim do ano passado as emendas de relator, aqueles bilhões de reais que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deixava nas mãos da Câmara e do Senado para construir uma base de sustentação política.

Cerca de R\$ 9,8 bilhões foram para o caixa de ministros de Lula, mas ficaram com um carimbo especial para marcar a cota de parlamentares no orçamento dessas pastas.

Desse total, foram liberados R\$ 2,7 bilhões até o momento, sendo que boa parte disso foi de repasse rápido e direto às prefeituras. Ou seja, as emendas que precisam de avaliação de projetos e obras ainda estão caminhando a passos lentos, na avaliação de

peças que cuidam das negociações desses recursos.

Após o Supremo ter acabado com as emendas de Bolsonaro, o Congresso também articulou para que o relator do Orçamento deste ano, senador Marcelo Castro (MDB-- PI), assumisse o comando de uma comissão que tem R\$ 6,5 bilhões para emendas.

Esses recursos estavam parados e foram destravados nas últimas duas semanas, o que coincide com a chegada de pautas de interesse do governo ao Senado. Mas, até o fim da semana, apenas R\$ 474 milhões tinham sido liberados.

Procurada, a Secretaria de Relações Institucionais, responsável pela articulação política e com o Congresso, não respondeu sobre o ritmo de liberação das emendas. Castro também não se manifestou.

A maior fatia dos repasses foi em emendas com pouco apelo político, as chamadas de individuais, aquelas que todo deputado e senador tem direito, mesmo sendo de oposição, e as de bancada, voltadas a todos os parlamentares do estado.

Por isso, a comissão bilionária de Castro e as emendas extras dos ministérios são alvo de cobiça do centrão. Elas representam a oportunidade de parlamentares mais próximos dos presidentes da Casa ou do presidente Lula enviarem mais dinheiro para os redutos eleitorais do que seus adversários políticos.

A insatisfação com os repasses de verba se une ao fato de Lula não ter apresentado uma solução para a **reforma ministerial**, que vai colocar o PP e o Republicanos no primeiro escalão do governo.

Na última semana, a Secretaria de Relações Institucionais sinalizou a líderes partidários um relacionamento mais próximo para tratar da execução orçamentária com os parlamentares. Em uma reunião na liderança do governo na Câmara foi dito que membros da pasta estão à disposição dos parlamentares para fazer um acompanhamento semanal do andamento da liberação dos recursos.

Segundo relatos, a ideia é intensificar um trabalho que já é realizado pela pasta e criar um fluxo de diálogo

mais próximo e constante com deputados.

Técnicos do governo e do Congresso dizem que a divisão de ministérios prejudicou o fluxo de aprovação de emendas. Isso explica o ritmo abaixo do esperado por parlamentares.

O receio é que haja um saldo muito elevado no fim do ano para ser aprovado pelas pastas em poucos dias ou até que não haja tempo para o governo autorizar os repasses, o que faria deputados e senadores perderem emendas previstas.

Por outro lado, como esses recursos são usados como moeda de troca no Congresso, Lula tem um caixa robusto para as próximas votações no Legislativo.

Uma solução construída pelo centrão para dar mais celeridade às emendas extras é colocar dinheiro em estatais controladas pelo grupo político liderado por Lira, como a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e o Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Há um projeto para reforçar o caixa desses órgãos e outro que destina dinheiro para a área de atendimento especializado no Ministério da Saúde, que é um setor de interesse de parlamentares.

Mas líderes do centrão estão reclamando da demora para esses projetos de remanejamento de verba andarem. Eles ainda precisam passar por uma comissão, depois em plenário do Congresso e então sancionados por Lula.

Diante dos entraves, o centrão discute destinar em 2024 valor ainda maior em emendas de comissão, cujo controle do Congresso é maior. Isso pode ser feito em votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que pode inclusive tornar essas emendas impositivas, ou seja, deixa Lula obrigado a executar os repasses.

"Vai ser discutido pelo Congresso e vamos ter, lógico, gente para defender isso. Então vamos ter que harmonizar", disse o relator da LDO, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), no início do mês.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50383>

Reforma não deve facilitar votações de interesse do governo

Andrea Jubé e Raphael Di Cunto

Mesmo após o desfecho da reforma, com a acomodação de Progressistas (PP) e Republicanos em ministérios e no segundo escalão, a percepção no governo é de que remanescerão focos de turbulência na Câmara dos Deputados, embora a expectativa seja de períodos mais longos de estabilidade.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retornou nesse domingo do périplo pela África, e seu núcleo de articuladores políticos espera que ele finalmente resolva o impasse sobre o ingresso dos novos aliados na base nesta semana.

Uma fonte credenciada do Palácio do Planalto ouvida pelo Valor admitiu que não há expectativa de que as negociações no varejo com o grupo político do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acabem quando as mudanças no primeiro escalão forem concluídas porque há medidas provisórias, projetos de lei relacionados ao arcabouço fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária a serem votados até o fim do ano.

Articuladores políticos e auxiliares presidenciais acreditam que cada votação dessas matérias demandará uma delicada negociação por dois motivos. O primeiro deles é o sistema de pesos e contrapesos entre os Poderes, de modo que o Congresso não avalizará todos os pleitos do Executivo.

A segunda razão, entretanto, é que mesmo com a concessão de dois ministérios, além de postos no segundo escalão, para PP e Republicanos, ainda chegarão faturas do grupo de Lira em algumas votações, embora em menor escala.

Em contrapartida, há o sentimento de que o diálogo com a Câmara vai melhorar, e de que Lira tende a calibrar o estilo "morde e assopra" adotado desde a vitória de Lula, durante as articulações da proposta de emenda à Constituição (PEC) da transição.

O Valor apurou que Lira tem afirmado a interlocutores que, até o momento, nada foi pactuado.

Mas tem assegurado que, no momento em que fizerem um acordo com o governo, será cumprido, eles

estarão na base, e trabalharão pela estabilidade. "Não existe meio acordo, se tem acordo, é para ser cumprido", tem dito Lira, segundo relatos de interlocutores.

Enquanto o acordo não se consuma, entretanto, continua o clima de insatisfação entre deputados do Centrão. Nos bastidores, Lira tem reiterado as críticas de que Lula reservou espaço muito melhor para as bancadas do Senado na Esplanada, e o quinhão da Câmara estaria desproporcional ao peso da Casa nas votações.

É nesse contexto de descontentamento que dois deputados do PP ouvidos pelo Valor, em condição de anonimato, avaliam que a nomeação do líder da bancada, André Fufuca (PP-MA), para o ministério a ser definido por Lula, não vai alterar o número de votos da legenda na Câmara. Alegam que os deputados de viés governista - majoritariamente dos Estados do Nordeste e Norte - já votam com o governo, enquanto os bolsonaristas não mudarão de posição.

Para esses correligionários de Lira, a cessão de um ministério para o PP contribuirá para o governo melhorar a interlocução com o presidente da Câmara. De outro lado, a Lira interessa o papel de principal interlocutor junto a Lula, que raramente se reporta diretamente aos líderes. Esse protagonismo garante a Lira manter-se no controle do processo sucessório na Câmara, e de seu grupo político.

Mesmo após o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, anunciar, publicamente, que Lula havia avalizado as indicações de Fufuca, do PP, e Silvio Costa Filho (PE), do Republicanos, para se tornarem ministros, os deputados continuam indóceis, aguardando a definição dos espaços.

Lira continuará influenciando as votações nas bancadas. No caso do PP, por exemplo, depois que Fufuca assumir o ministério, o novo líder da bancada deve ser o deputado Doutor Luizinho (PPRJ), aliado de primeira hora de Lira.

Para isso, ele deixaria o cargo de secretário de Saúde do Rio de Janeiro para atender à convocação do presidente da Câmara.

Nesse pano de fundo, é ilustrativo que os deputados tenham rejeitado a emenda do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), ao projeto do novo arcabouço fiscal, que abriria espaço de R\$ 32 bilhões no Orçamento para o governo.

Mesmo com os nomes dos ministros anunciados publicamente, o Centrão avisou o governo que não chancelaria a emenda.

Diante da recusa, foi feito um acordo para que o tema volte a ser discutido no âmbito da LDO, que tem como relator o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). Ele tem perfil independente, mas é um dos parlamentares mais próximos de Lira.

PP e Republicanos têm contrariado o governo em votações pontuais recentes, em claro recado de insatisfação com a demora no desfecho da **reforma ministerial**.

Na última semana, as duas siglas, e os demais partidos da base votaram para manter na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) uma PEC que desagrade o governo. Trata-se da PEC do BNDES que prevê que empréstimos da instituição destinados a operações no exterior exigirão aval prévio do Congresso.

Simultaneamente, Arthur Lira tem investido na tática do "morde e assopra" nas votações estratégicas para o governo. Nos últimos dois meses, em meio à arrastada negociação com Lula, Lira dispara contra o governo, para em seguida, entrar em campo para amenizar o prejuízo.

Em junho, o Senado devolveu o texto revisado do novo arcabouço fiscal para a Câmara antes do recesso informal, mas o projeto não foi apreciado pelos deputados.

Lira prometeu que levaria à votação tão logo os deputados retornassem a Brasília, o que não ocorreu.

Ao contrário, alegou que não havia acordo, e a votação quase não ocorre antes do prazo do envio da lei orçamentária, que é 31 de agosto, para aflição dos governistas.

A proposta foi votada, mas os deputados não entregaram o que era prioridade para o governo: a emenda dos R\$ 32 bilhões a mais no Orçamento.

Lira ainda derrubou duas medidas provisórias como recado para o governo de que não concorda com o uso indiscriminado da ferramenta, e demonstrou que nada avançará na Casa sem prévio acerto com ele e

com os líderes.

Os deputados aprovaram as medidas provisórias do salário mínimo e da correção da tabela do Imposto de Renda, de ampla repercussão social. Mas deixaram caducar outras duas menos expressivas: uma delas sobre a retomada das obras na área de educação, e outra regulamentando mudanças no vale-refeição.

Em outro movimento, Lira excluiu da medida provisória o dispositivo sobre a taxação dos fundos "offshore", exigindo que a matéria seja reenviada à Casa na forma de projeto de lei. O artigo é fundamental para compensar o Tesouro das perdas com a revisão da tabela do Imposto de Renda.

É fato que o governo derrapou ao enxertar o texto na MP sem prévia negociação com os líderes. Mas o novo projeto de lei da taxação dos fundos offshore demandará cuidadosa e paciente negociação para ser votado e aprovado no prazo desejado pela Fazenda.

Em outra frente, Lira instalou a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No entanto, revogou a convocação do ministro da Casa Civil, Rui Costa, para depor no colegiado, e ajudou na articulação para substituir os quadros radicais no colegiado.

Em novo movimento para tensionar o governo, Lira estimulou a fritura do ministro da Agricultura Carlos Fávaro, representante da bancada do PSD no Senado. A pasta da Agricultura esteve sob o comando do PP nos governos Michel **Temer** e Jair Bolsonaro.

Uma fonte do PSD disse ao Valor que Lira está fazendo o "jogo do poder", "criando um problema que é maior para resolver outro problema", que é a **reforma ministerial**. Mas esta fonte não acredita que Lula entre em rota de colisão com o PSD, diante da pressão de Lira. "O PSD é harmônico, não tem sentido Lula mexer com o partido", afirmou, sobre a pasta da Agricultura migrar para o grupo de Lira..

"Não existe meio acordo, se tem acordo, é para ser cumprido" Arthur Lira

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1§ion=1>

Lula deve encerrar "novela" e dar pastas ao Centrão nesta semana

Fabio Murakawa e Julia Lindner

De volta de uma viagem à África, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve finalmente concluir nos próximos dias a **reforma ministerial** destinada a ampliar o espaço do Centrão no governo. A expectativa de ministros e aliados próximos é que as mudanças sejam anunciadas nesta semana, conforme Lula teria prometido ao PRESIDENTE DA CÂMARA, Arthur Lira (PP-AL), e ao presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), na semana passada. Encerraria-se, assim, uma novela que já se estende por mais de três meses.

Com Lula ausente, ainda não havia sido batido o martelo sobre que pastas vão para PP e Republicanos.

Há, porém, indicações de que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) deve ser mesmo dividido. Pelo desenho pensado no Palácio do Planalto, o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) continuariam sob o petista Wellington Dias. Já o futuro ministro André Fufuca (PPMA), indicado pelo Centrão, ocuparia uma pasta com controle de ações de assistência social e todas as demais ações do MDS.

A ideia encontra resistência na militância petista, mas no Planalto a sensação é de que não há alternativa diante da insistência do PP em ocupar um ministério com grande orçamento e capilaridade. O partido de Lira deve ganhar também a prerrogativa de assumir a presidência da Caixa, com a iminente demissão de Rita Serrano.

Segundo interlocutores do governo, a lógica por trás das demandas das duas legendas é ocupar ministérios que possam abrigar um grande volume de emendas parlamentares, visando inflar os cofres das prefeituras para as eleições municipais de 2024.

Auxiliares de Lula defendem que o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), hoje chefiado por Luciana Santos (PCdoB), fique com o Republicanos. Mas o partido insiste em tomar para si o Ministério de Portos e Aeroportos.

Já está definido que o representante da legenda na Esplanada será o deputado Sílvio Costa Filho (PE).

Ocupar o Ministério de Portos e Aeroportos é estratégico para o Republicanos.

Além da grande capacidade de receber emendas parlamentares, a pasta é capitaneada atualmente por um rival político do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). O ministro Márcio França (PSB) tem sua base política em Santos, onde fica o maior porto brasileiro, e sair do ministério representaria uma grande derrota para ele e a sua legenda, que com o vice-presidente Geraldo Alckmin compôs a chapa vitoriosa de Lula na eleição do ano passado.

O futuro Ministério de Micro e Pequenas Empresas deverá mesmo ser criado e chegou a ser oferecido ao Republicanos, mas não empolgou. O Ministério dos Esportes, hoje comandado por Ana Moser, também está na mesa de negociação, mas não é a opção preferida do partido.

Na iminência de mudanças na Esplanada, parlamentares do PSD organizaram um movimento para respaldar o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, que se tornou alvo de críticas do PRESIDENTE DA CÂMARA, Arthur Lira (PP-AL), e de alas do Centrão. A legenda também ocupa as pastas de Minas e Energia, com Alexandre Silveira, e da Pesca, com André de Paula.

O líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), organizou um encontro entre os três ministros das iglaea bancada do Senado, na terça-feira (22). O líder do PSD na Câmara, Antonio Brito (BA), também participou da reunião para representar os deputados.

Na ocasião, Otto afirmou aos presentes que o intuito era "deixar bem claro que o partido está fechado com os três ministros".

Ao Valor, o senador baiano disse que não há possibilidade de Fávaro perder o posto.

"Sem chance. Ele tem todo apoio do partido", reagiu o parlamentar.

"A bancada, de forma unânime, reforçou o apoio pela permanência de todos os ministros.

Todos foram referendados." "Fávaro pode ter se desentendido com o PRESIDENTE DA CÂMARA, espero que o desentendimento seja sanado, mas ele [ministro] não é da cota do PRESIDENTE DA CÂMARA. Dentro do PSD, a força do Lira é zero", declarou Otto.

Fávaro tem sido criticado nos últimos meses por Lira e integrantes do Centrão por ter utilizado R\$ 127 milhões do antigo orçamento secreto para o Mato Grosso, seu Estado. A postura também gerou críticas internamente no Palácio do Planalto, que tem evitado mexer nesses valores.

Em julho, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, tentou buscar uma saída para que a quantia empenhada pelo Ministério da Agricultura fosse anulada mesmo que contra a vontade de Fávaro.

Em uma das tentativas, Padilha recorreu à ministra do Planejamento, Simone Tebet, para que sua pasta suspendesse a ação, mas ela se recusou por entender que não seria da sua competência.

Desde então, o impasse seguiu sem solução.

Auxiliares de Lula confirmam que a insatisfação de Lira com relação a Fávaro já acendeu um alerta no Planalto. Mas dizem que em nenhum momento o PRESIDENTE DA CÂMARA reivindicou a pasta e que a demissão do ministro da Agricultura não está sendo cogitada.

"Ele [Fávaro] não é da cota do Lira.

Dentro do PSD, a força do Lira é zero" Otto Alencar

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1§ion=1)**

Reforma tributária poderá penalizar setor de serviços - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O setor de serviços, um dos mais importantes da economia brasileira, poderá ser penalizado pela **reforma tributária** - que tem votação no Senado prevista para outubro. De acordo com cálculos realizados pela consultoria Roit, especializada na área de **impostos**, há o risco de a alíquota efetiva aplicada sobre a receita bruta do segmento quase dobrar, passando de 8,46% para 15,95%. Para a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), o eventual aumento da carga inviabilizaria a operação de milhares de empresas e, por consequência, causaria impactos negativos para a economia. A entidade usa como argumentos a força do setor. As companhias prestadoras de serviços responderam por 59% dos empregos formais no primeiro semestre de 2023 e seu faturamento foi equivalente a quase 70% do **PIB** brasileiro, conforme dados apurados pelo IBGE. As pressões setoriais serão cada vez mais intensas daqui por diante.

Latam lidera mercado aéreo na alta temporada

A Latam fechou julho na liderança do setor aéreo brasileiro. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil, a companhia obteve 37,59% de participação no mercado doméstico e 24,17% no internacional - considerando as operações de todas as afiliadas do grupo - durante a alta temporada de meio de ano. Desde 2021, a companhia abriu onze nove destinos, totalizando atualmente o recorde de 55 no mercado doméstico. Além disso, a Latam opera voos para 90 destinos diretos e indiretos no exterior.

Quer abrir uma offshore? Com US\$ 100 mil, já é possível fazer isso

As discussões trazidas pelo governo sobre a tributação de offshores despertaram a curiosidade por esse tipo de negócio. Na Avenue Securities, plataforma voltada para investimentos internacionais, a procura pela modalidade nunca foi tão grande. A empresa lembra que offshores são instrumentos legítimos de proteção do patrimônio e que representam uma maneira de poupar recursos no longo prazo. E não é algo reservado a bilionários - longe disso. É possível abrir uma offshore a partir de US\$ 100 mil.

Rolex vai entrar no varejo

A Rolex está com tudo, mas isso não tem nada a ver com os enrosocos que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro. A centenária grife suíça de relógios vai entrar, pela primeira vez na história, no varejo. Há alguns dias, a empresa comprou a Bucherer, rede também suíça que possui cerca de 100 lojas de relógios de luxo espalhadas pelo mundo. Fundada em 1905, a Rolex quebrou no ano passado seu recorde de faturamento, que chegou a US\$ 10 bilhões graças às vendas em alta de seus itens exclusivos.

Rapidinhas

O presidente eleito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, liderou a delegação brasileira que participou, de 25 a 27 de agosto, em Nova Delhi, na Índia, do Business 20 (B20), cúpula de empresários que antecede a realização do G20. Na plenária do setor privado, o grupo define recomendações para entregar a chefes de Estado.

As economias do G20 têm papel significativo no comércio exterior do Brasil. Em 2022, o grupo correspondeu a 72,5% das exportações brasileiras e a 81,5% das importações, com uma corrente de comércio de US\$ 464,3 bilhões. Na última década, as vendas externas de produtos brasileiros ao G20 aumentaram 45%.

Fundada em 2016, a plataforma britânica OnlyFans, que ficou conhecida por permitir que qualquer pessoa venda conteúdo erótico, é uma das redes sociais que mais crescem no mundo. Já são quase 240 milhões de usuários cadastrados, um acréscimo de 27% na comparação anual. Sua operação global movimentou US\$ 5,6 bilhões.

O mercado de jatos executivos decolou no Brasil. Em 2022, foram feitos, em média, 80 mil pousos e decolagens de pequenos aviões jatos e helicópteros em solo brasileiro, o que corresponde a um aumento de 30% em relação a 2021. Há uma explicação para o fenômeno: o avanço do agronegócio, que responde por 60% dos negócios do setor.

"Nosso objetivo é ensinar os alunos a analisar os cenários econômicos e, a partir disso, tomar boas

decisões de investimento" Paulo Guedes, ministro da Economia no governo Bolsonaro, sobre o curso que lançou com o influencer do mercado financeiro Primo Rico

R\$ 18 BILHÕES foi quanto os turistas estrangeiros gastaram no Brasil no primeiro semestre, segundo dados do Banco Central.

Trata-se do segundo maior resultado da história, atrás apenas de 2014, ano da Copa do Mundo no país

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/28/all.pdf>

Cerveja, refrigerantes e gasolina podem aliviar alíquota do novo IVA

Alexa Salomão

O imposto seletivo, que prevê uma tributação maior sobre produtos e serviços que prejudicam a saúde e o ambiente, foi criado para inibir o consumo desses itens. No entanto, numa contradição já instalada em inúmeros países, a taxa adicional passou a ser importante fonte de arrecadação, porque as pessoas não pararam de consumir os produtos.

Segundo especialistas, o imposto seletivo pode ajudar a reduzir a alíquota do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) em discussão na **Reforma Tributária** que tramita no Congresso.

Os parlamentares trabalham na criação do IVA do tipo dual Haverá a C BS (Contribuição sobre Bens e Serviços) para substituir PIS e Cofins e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) no lugar do ICMS estadual e do ISS nos municípios. Uma alíquota padrão será dividida entre eles, destinando arrecadação para União, estados e municípios.

O texto, que já passou na Câmara e está em análise no Senado, prevê que o novo imposto seletivo pode ser cobra -do sobre bens e serviços nocivos à saúde e ao ambiente. Simples assim.

Essa redação abrangente atende o debate global. A lista sobre o que taxar é cada vez mais ampla, e as alíquotas podem ser muitas e maiores do que o IVA padrão.

A primeira leva de produtos qualificados como prejudiciais, que foram sobretaxados mundo afora, incluiu tabaco, bebidas alcoólicas e combustíveis fósseis, como gasolina, diesel e gás.

A relação, porém, vem se diversificando nos últimos anos, segundo a especialista Rita de La Feria, professora de direito tributário na Universidade de Leeds e pesquisadora asso -ciada à Universidade Oxford, ambas no Reino Unido.

Na América Latina, o México foi pioneiro do sugar tax (imposto sobre açúcar). Diferentes países também vêm instituindo a tributação sobre plásticos. A Alemanha incluiu até sacolinhas dentro do grupo de embalagens com esse tipo de material a ser supertaxado.

"Ninguém ainda tributou, mas a discussão é grande em vários países europeus também em relação à carne, por causa da emissão de gases metano dos bois", afirma.

As taxas variam muito entre os países e até entre os tipos de produto. La Feria lembra que os riscos à saúde associados ao consumo de vinho, por exemplo, são diferentes dos identificados para um destilado como a vodca, e isso leva à adoção de alíquotas diferenciadas.

La Feria diz que, politicamente, é muito mais fácil criar e elevar esse tipo de tributo, porque as pessoas reconhecem a sua lógica na busca de benefícios compartilhados. No Reino Unido, o sugar tax é atualizado quase anualmente sem muitos questionamentos.

"O imposto seletivo é uma área em ascensão no direito

tributário, um tipo de taxaço em crescimento, e estamos vendo aumento de receita com ele, o que é contraditório ao seu primeiro objetivo: as receitas, afinal, aumentam porque as pessoas não deixam de consumir", afirma La Feria.

"Olhando essa tendência global, ele pode ajudar a reduzir a alíquota geral do novo tributo no Brasil -a quantidade vai depender da reação dos consumidores quando ele for adotado, algo que não podemos prever."

O economista Bráulio Borges identificou que, por causa da defasagem do Brasil no uso do imposto seletivo, o potencial é alto, e cita números.

Em 2019, o Brasil arrecadou com correlatos ao imposto seletivo o equivalente 0,9% do **PIB** (Produto Interno Bruto). Os países da América Latina, na média, arrecadaram quase 2%. Países de renda per capita similar ao Brasil foram além dos 2%.

No Brasil, IPI (sobre cigarro e produtos alcoólicos) e Cide (sobre combustíveis) fizeram o papel de **impostos** especiais sobre consumo ("excise taxes", para usar o termo em inglês), e o país seguiu um caminho diferente no seu uso.

Em 1990, arrecadou 2,5% do **PIB** com produtos nocivos saúde. Na média da década de 2000, essa receita caiu para 1,5%. A participação foi reduzindo bastante a partir dos anos de 2010, com as desonerações de combustíveis.

Borges lembra que o Brasil quer ser exemplo na transição energética, então é natural que amplie a taxa de combustíveis e emissões de carbono.

Ele cita trabalho do Banco Mundial que mostra um potencial de ganho adicional na receita de quase 1% do **PIB** no final desta década com o imposto seletivo só nessa área.

O economista também defende que não faltam argumentos para o país taxar bebidas açucaradas. No início da década de 2000, 12% da população era obesa; no dado mais recente, projeta-se que esse percentual suba para 30% até 2030.

Os brasileiros já se mostram sensíveis ao tema. Pesquisa Datafolha encomendada pela ACT Promoção da Saúde identificou que 94% dos brasileiros apoiam o aumento de **impostos** a produtos que prejudicam a saúde e o ambiente.

"Sob diferentes aspectos, é factível pensar que o Brasil pode dobrar a arrecadação com esse imposto ou, num cenário otimista, até triplicar", afirma Borges.

"Como o governo diz que não quer elevar a carga tributária, esse adicional de arrecadação poderia ser utilizado para reduzir a alíquota geral de CBS e IBS."

As estimativas do próprio governo apontam que a soma dos dois **tributos** pode levar a uma alíquota entre 20,73% e 27%. A variação vai depender do volume de exceções para alguns itens e serviços que podem ter alíquota reduzida ou zerada. Quanto maior o número de exceções, maior a alíquota geral.

Borges fez suas contas. Primeiro, estimou a carga sobre o consumo a partir dos **impostos** incluídos na reforma. Constatou que era de 25%, o menor valor desde 1998. Nesse resultado, ponderou as inúmeras exceções criadas na Câmara para vários setores e a análise do impacto delas feita pela Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**. Então, calculou qual seria a alíquota que manteria a carga.

Chegou ao valor de 27,9%, sem considerar ganhos com o fim da sonegação, que ajudam a reduzir a alíquota.

No cenário mais otimista de ganhos com o imposto seletivo e redução de sonegação, no entanto, ele diz

acreditar que a alíquota geral poderia ficar mais próxima de 20%.

A estimativa da carga e projeções para o imposto seletivo consta de texto publicado no Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), no qual Borges é pesquisador.

Para aproveitar os ganhos, ele diz que o imposto seletivo poderia ser implementado gradativamente, o quanto antes, para já estar maduro quando o novo IVA entrar em vigor.

"Se a gente começar já no ano que vem, de pouquinho em pouquinho, a taxar combustíveis fósseis, bebidas açucaradas e outros produtos, a gente pode chegar em 2027 ou 2028 com um volume relevante adicional de arrecadação que permita uma alíquota padrão menor do que a estimada hoje para IBS e CBS", afirma ele.

A tributarista Vanessa Canado também concorda que o imposto seletivo tem potencial para reduzir o futuro IVA brasileiro, mas diz que o debate vai ser acompanhado por controvérsias.

"O crescimento do seletivo sobre bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, por exemplo, ocorreu muito mais por razões arrecadatórias do que por questões de saúde pública", afirma.

"Foi onde os governos encontraram alternativa para elevar a tributação sem mexer na alíquota geral do IVA."

As empresas de cigarro e bebidas alcoólicas estão preparadas para o debate, afirma. Um dos argumentos é que a alta taxa de incentivo contrabando e falsificação. Há estudos mostrando isso, mas também há outros que afirmam o contrário, diz Canado.

Na área, existe ainda a discussão de cunho social.

"O imposto seletivo pode ser regressivo, atingindo principalmente os mais pobres", afirma.

"As famílias mais ricas consomem sucos naturais ou processados, os mais pobres, os refrigerantes baratos e açucarados. Quando o preço sobe, os mais pobres podem trocar o cigarro com marca por um falsificado, não deixam a bebida alcoólica, e passam a consumir uma alternativa mais barata e de pior qualidade."

O imposto seletivo é uma área em ascensão no direito tributário, um tipo de taxa em crescimento, e estamos vendo aumento de receita com ele, o que é contraditório ao seu primeiro objetivo: as receitas,

afinal, aumentam porque as pessoas não deixam de consumir

Rita de La Feria, professora de direito tributário na Universidade de Leeds e pesquisadora associada à Universidade Oxford, no Reino Unido

Se a gente começar já no ano que vem, de pouquinho em pouquinho, a taxar combustíveis fósseis, bebidas açucaradas e outros produtos, a gente pode chegar em 2027 ou 2028 com um volume relevante adicional de arrecadação que permita uma alíquota padrão menor do que a estimada hoje para IBS e CBS

Bráulio Borges, pesquisador do FGV Ibre

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50383&maxTouch=0&anchor=6482516&pd=9619870a1043f38c295b75247cc2d5f3>

Braga diz que limitará ações de Conselho Federativo

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que vai delimitar as atribuições do Conselho Federativo, a ser criado para gerir o novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado), na Proposta de Emenda Constitucional que altera a tributação sobre o consumo.

O texto da reforma aprovado na Câmara remete essa regulamentação a uma lei complementar, a ser discutida após a aprovação da espinha dorsal da reforma. Braga, contudo, afirmou que vai antecipar a discussão para esta etapa no Legislativo.

"As competências do Conselho Federativo estarão no comando constitucional de forma clara, porque a questão federativa é uma questão do pacto federativo e está na Constituição, e assim será preservado", disse. "Agora as questões técnicas, assim como ocorre no Simples Nacional, serão exercidas pelo Conselho Federativo." O relator participou de um debate sobre a reforma promovido pelo Grupo Esfera, no Guarujá, no sábado.

A opinião de Braga vai de encontro ao que propôs o Ministério da Fazenda na concepção da reforma, que queria evitar o assunto neste momento, concentrando-se sobre os princípios da mudança tributária. Mas a governança do conselho se transformou em um debate que divide os governadores, temerosos de perder autonomia sobre a gestão das receitas estaduais.

O Conselho Federativo vai concentrar a arrecadação de cinco **tributos** que incidem sobre o consumo - IPI, PIS e Cofins (federais) e ICMS (estadual) e ISS (municipal) - e distribuir para os entes federados.

A centralização é importante para garantir que **impostos** recolhidos ao longo da cadeia sejam ressarcidos para as empresas sem que um Estado tenha que arcar mais com esse pagamento do que outros, o que poderia emperrar a devolução.

A não cumulatividade é um dos pilares da atual **reforma tributária**.

MUDANÇA. Durante a tramitação na Câmara, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas

(Republicanos), patrocinou uma modificação no texto para evitar que os Estados do Norte e Nordeste, mais numerosos, controlassem as decisões do conselho. Isso incomodou os políticos dessas regiões, como Braga, que viram na iniciativa uma afronta ao equilíbrio federativo. Desde que a tramitação começou no Senado, o relator vem sinalizando que fará alterações ao texto para preservar o que ele considera ser uma relação equânime entre todos os Estados.

No sábado, Braga avançou ao indicar que, ao delimitar que o conselho será meramente operacional, não há motivos para disputas políticas pela sua governança.

"O Conselho Federativo será técnico, administrativo.

Não tem espaço político no Senado para que o conselho tenha outras funções. Caso contrário, existem inúmeras emendas de senadores, inclusive com propostas radicais de extinção do conselho, o que inviabilizaria a metodologia aprovada na Câmara." O relator afirmou ainda que esta é a principal preocupação dos governadores e que será esclarecida em reunião amanhã, em Brasília, que deverá reunir os líderes regionais para debater a reforma.

"As competências do Conselho Federativo estarão no comando constitucional de forma clara, porque a questão federativa é uma questão do pacto federativo e está na Constituição" Eduardo Braga (MDB-AM) Relator da **reforma tributária**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

É um erro prorrogar incentivos federais a montadoras do Nordeste (Editorial)

Quando parecia haver consenso contra a guerra fiscal travada pelos estados na disputa por investimentos de indústrias, surge a ameaça de uma emenda do governo à **reforma tributária** que estende incentivos até 2032. O objetivo é beneficiar montadoras instaladas no Nordeste: a Jeep, da holding Stellantis, e a fabricante chinesa de carros elétricos BYD, que acaba de chegar à Bahia.

A ideia põs em alerta o consórcio dos governos de Sudeste e Sul. O governador de Minas, Romeu Zema, vislumbra o risco de a prorrogação da isenção de **tributos** federais - PIS-Cofins e IPI -induzir a Stellantis a dar prioridade a investimentos na montadora Jeep que tem em Pernambuco, em detrimento da fábrica da Fiat em Betim, também controlada pela holding.

O estopim da tensão entre governos estaduais e Planalto foi a chegada da chinesa BYD para fabricar carros elétricos nas antigas instalações da Ford em Camaçari, Bahia, estado do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e do líder do governo no Senado, Jaques Wagner, ambos do PT. Lula chegou a receber no Planalto a presidente da BYD, Stella Li, acompanhada de Costa e do governador baiano, Jerônimo Rodrigues (PT).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** cria um fundo que bancará até 2032 os benefícios da isenção de ICMS distribuídos por governadores na guerra fiscal para atrair investimentos industriais.

Os governadores do Nordeste querem o mesmo para montadoras nos **impostos** federais. Em julho, uma emenda para prorrogar os incentivos foi apresentada na Câmara minutos antes da proclamação do resultado da votação do texto-base da **reforma tributária**.

Por um voto não foi aprovada. O governo tenta agora incluí-la no Senado.

É extensa a história dos incentivos fiscais e das distorções que provocam nos mercados. Empresas beneficiárias deixam de buscar aumento de produtividade, por não estarem expostas à competição equilibrada. O próprio setor automobilístico no Brasil serve de exemplo. As montadoras foram atraídas por incentivos e começaram a instalar suas fábricas no

país no início dos anos 1950. Protegidas por altas tarifas de importação, não traziam ao Brasil os modelos mais modernos lançados nas matrizes. Só com a abertura comercial do governo Fernando Collor de Mello (1990-92), as fábricas brasileiras passaram a modernizar seus produtos.

Isso não impediu que, entre 2000 e 2021, as montadoras recebessem quase R\$ 70 bilhões em incentivos fiscais.

Só no ano passado, foram R\$ 10 bilhões, mais de 2% do total de subsídios do governo. Eternizar subsídios é repetir erros do passado. Os benefícios fiscais das montadoras que se instalaram no Nordeste, Norte e Centro-Oeste foram criados há 26 anos e passaram a ser prorrogados a cada cinco anos sem nenhum critério objetivo para avaliar resultados.

A manutenção dos incentivos tributários federais para beneficiar empresas de uma região demonstra que não se aprendeu a lição. O certo não é ampliar um erro para todo o país.

É simplesmente não cometê-lo.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
É um erro prorrogar incentivos federais a montadoras do Nordeste

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Empresas do "Valor 1000" ampliam receita em 11% no ano passado, para R\$ 7,4 trilhões

Edson Pinto de Almeida

O "Valor 1000" chega à 23ª edição neste ano e premiará as 27 empresas líderes de seus setores no Brasil, nesta segunda-feira (28) em uma cerimônia no hotel Unique, em São Paulo. A Empresa de Valor 2023, cujos resultados e realizações a colocaram em destaque na cena econômica nacional, também será homenageada.

O anuário "Valor 1000", cujo amplo conjunto de dados permite dimensionar o peso das operações dessas companhias para o Brasil, será lançado na mesma ocasião.

O evento contará com as presenças de Eduardo Braga (MDBAM), relator da **reforma tributária** no Senado, e Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do projeto na Câmara dos Deputados. Os dois participarão de um bate-papo com o chefe de redação da sucursal do Valor em Brasília, Fernando Exman, e com a repórter especial Lu Aiko Otta. A conversa será transmitida ao vivo no canal do YouTube do jornal.

As vencedoras do prêmio foram classificadas a partir dos balanços de 2022 e pelas práticas nas áreas ambiental, social e de governança (ESG) - cuja nota tem peso de 30% no resultado final.

Todas elas integram o ranking das mil maiores companhias do país.

A avaliação e a elaboração do ranking foram feitas em parceria com a Serasa Experian e o Centro de Estudos em Finanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

A análise das práticas ESG envolveu os organizadores e oito profissionais de mercado especializados no tema: Carlos Domingues, Daphne Breyer, Denise Hills, Gustavo Pimentel, Henri Rysman de Lockerente, Marcelo Nonohay, Rafaella Dortas e Sonia Consiglio.

A receita líquida consolidada das mil maiores empresas estabelecidas no país e integrantes do ranking somou R\$ 7,4 trilhões, com alta de 11,1% em relação a 2021, já deflacionada pelo IPCA do período. A variação nominal foi de 17,5%.

O lucro líquido do conjunto das mil maiores

companhias teve queda real (deflacionada pelo IPCA, índice de preços do IBGE) de 4% no ano passado, resultado do aumento nominal de 1,5%, abaixo da variação do IPCA, que subiu 5,8% em 2022.

A **inflação** de custos, a queda na atividade e a elevação das taxas de juros, como efeitos da pandemia da covid-19, foram responsáveis pelo alto nível de endividamento das empresas no período analisado - o maior nível medido entre 2010 e 2022, segundo análise do Centro de Estudos em Finanças.

Dos setores avaliados pela publicação, 42,3% atingiram o nível mais alto de dívidas com custo financeiro entre 2020 e 2022, semelhante ao quadro que ocorreu entre 2012 a 2014 e que culminou na recessão de 2015.

Por essa razão, um dos principais destaques do desempenho das empresas vencedoras do "Valor 1000" foi a boa performance financeira. Juntas, as 26 campeãs (sem contar o setor financeiro) contabilizaram receita líquida de R\$ 744,7 bilhões e lucro líquido de R\$ 191,5 bilhões em 2022.

Dos 26 setores analisados, além do financeiro que é alvo de uma avaliação própria, 13 apresentaram crescimento da receita líquida acima dos 17,5% das mil maiores. As maiores variações são dos setores: transporte e logística (39,6%), petróleo e gás (36,3%) e construção e engenharia (32,6%). Apenas dois setores apresentaram variação negativa: energia elétrica (queda de 1%) e mineração (retração de 17,6%), puxado pelo desempenho da Vale, que foi impactada pela redução dos preços dos minérios.

Dos setores que apresentam o maior número de empresas no ranking das mil maiores, destacam-se comércio varejista (94), agronegócio (92), transportes e logística (73), alimentos e bebidas (64). Na ponta de baixo, com menos empresas no ranking, estão educação, papel e celulose (ambos com 15 empresas) e plásticos e borracha, com 13.

Vencedoras foram classificadas a partir dos balanços de 2022

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1§ion=1>

Brasil aposta em comércio sustentável na agenda do G20

Lu Aiko Otta

A promoção de um comércio exterior inclusivo, resiliente e sustentável, diretriz do governo brasileiro, foi acolhida na reunião de ministros de Comércio do G20 em Jaipur, na Índia, encerrada na última sexta-feira (25). Até agora, esse tema não estava na agenda do bloco, informou ao Valor o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Márcio Fernando Elias Rosa.

Essa novidade abre o caminho para o Brasil pautar essa discussão durante o período em que presidirá o bloco, que começa no próximo mês de dezembro. O plano é utilizar a plataforma do G20 para discutir parâmetros objetivos para a sustentabilidade, para que ela não seja usada como "desculpa" na adoção de medidas protecionistas.

"É preciso discutir seriamente a constituição de barreiras ao comércio e medidas protecionistas", afirmou o secretário, que chefiou a delegação brasileira.

"Não basta anunciar que a medida tem objetivo ambiental." Na reunião do G20 e no B20, fórum empresarial que foi realizado em seguida, em Nova Déli, o secretário apresentou um Brasil diferente do que havia até o ano passado. Reafirmou os compromissos do país com o desmatamento zero até 2030 e a neutralidade na emissão de carbono até 2050. Além disso, acrescentou que o governo vem monitorando o desmatamento.

"Ao Brasil não pode ser endereçado esse tipo de medida", argumentou o secretário, referindo-se às barreiras comerciais por questões ambientais.

"É necessário que se reconheçam os esforços domésticos", afirmou a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres. Existem certificações internacionalmente reconhecidas para aferir o desmatamento, e esses dados não podem ser ignorados, acrescentou.

Na reunião do G20, o Brasil defendeu também medidas para tornar o comércio exterior mais inclusivo.

Por exemplo, apoiando as pequenas e médias

empresas e aquelas sob liderança feminina.

Outra ideia apresentada pela delegação brasileira foi a construção de cadeias regionais de valor. É um debate que ganhou força após a ruptura das redes de fornecimento durante a pandemia.

Houve discussões ainda sobre o impacto da digitalização como fator de redução de custos. "Estamos um pouco além da média", disse o secretário, quando questionado sobre a situação do país perante seus pares. Ele destacou o avanço do Portal Único do Comércio Exterior e a importância de haver interoperabilidade com os sistemas dos demais países.

As teses brasileiras foram bem recebidas nos dois fóruns, relatou o secretário. A boa receptividade às ideias no B20, onde estavam representados de 75% a 80% do comércio internacional, dá força à agenda, comentou Prazeres.

Na presidência do G20, o país proporrá uma agenda de discussões e é esperado que exerça uma liderança positiva, disse a secretária.

Além de garantir que a sustentabilidade deixe de servir de mero pretexto para medidas protecionistas, outro tema que será impulsionado na presidência brasileira é o combate à fome. "Relaciona-se com o Brasil como potência agrícola", disse a secretária.

Nas duas reuniões, a delegação brasileira foi bastante demandada.

O interesse estava centrado na transição energética, informou Rosa. A seus interlocutores ele destacou o Brasil como destino de investimentos, sobretudo os de longo prazo. "O Brasil oferece hoje estabilidade política e perspectivas concretas de crescimento", afirmou, com base em medidas como a **reforma tributária** e o novo arcabouço fiscal.

"Não basta anunciar que a medida tem objetivo ambiental" Márcio Elias Rosa

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1§ion=1>

Veja os municípios e estados que ganham mais com a Reforma Tributária (PIB)

Eduardo Cucolo

A **Reforma Tributária** aprovada na Câmara garante que nenhum estado brasileiro e no máximo 32 municípios do país terão perda de arrecadação após um período de transição de 50 anos, de acordo com um novo estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Para chegar aos números, o pesquisador do instituto Sérgio Gobetti e a economista Priscila Kaiser Monteiro consideraram como hipótese um cenário pessimista, com um crescimento econômico médio de 1,5% ao ano nas próximas décadas, abaixo dos 2,1% verificados na série histórica do IBGE com início em 1995.

Com uma expansão de 2,5% ao ano, o número de municípios perdedores cairia para cinco, com efeitos que só seriam sentidos após mais de 30 anos. Segundo o estudo, qualquer crescimento superior a 0,9% ao ano garante que nenhum estado tenha perda de arrecadação.

Em todos os casos, as cidades mais pobres, pequenas ou grandes, são as mais beneficiadas com a nova regra de distribuição da arrecadação.

Esses cenários ainda não consideram a possibilidade de que as mudanças no sistema tributário levem a um crescimento adicional da economia neste período.

O Ipea também calculou quais estados e municípios terão aumento de receita, mas ainda assim vão perder espaço no bolo da arrecadação, pois o crescimento ficará abaixo da média nacional durante a transição.

Nesse caso, os mais afetados são Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esses quatro serão os principais destinos, ao lado da prefeitura de São Paulo, dos recursos do seguro contra perda de receitas, segundo as simulações do Ipea.

Teriam crescimento ligeiramente abaixo da média nacional Roraima, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina.

Segundo o instituto, esses estados tendem a ter uma receita melhor com a reforma do que sem ela, caso as

mudanças no sistema tributário gerem ainda algum ganho adicional de crescimento econômico.

"Muitos desses estados que são apresentados como perdedores, dependendo do impacto positivo da reforma, podem se transformar também em ganhadores", afirma Gobetti, que estima em 90% as chances de São Paulo ser beneficiado pelas mudanças.

Essa é a nova versão de um estudo publicado neste ano que destacava simulações com efeitos positivos da reforma sobre o **PIB** (Produto Interno Bruto). Na nova publicação, foram feitas também estimativas com cenários que desconsideram esse fator.

A arrecadação após a reforma vai levar em consideração o local em que está o consumidor, e não mais a sede da empresa ou do prestador de serviço. Isso provocará uma redistribuição do bolo em favor dos municípios com menor arrecadação per capita.

Regiões que consomem mais do que produzem vão arrecadar mais. Esse é o caso das chamadas cidades-dormitórios, por exemplo, o que inclui alguns municípios próximos à capital paulista e cidades de Goiás no entorno do Distrito Federal. O mesmo ocorre em grande parte do Norte e Nordeste.

Por outro lado, há risco de queda de arrecadação em municípios que são sedes de refinarias de petróleo, hidrelétricas ou de grandes empresas de serviços.

Um exemplo dessa mudança é a queda na diferença da arrecadação por habitante de Paulínia e Francisco Morato, o município mais rico e o mais pobre de São Paulo por esse critério, que vai passar de 37,3 vezes para 6,3 vezes.

Para amenizar esses impactos, a regra de distribuição dos recursos mudará aos poucos durante uma transição de 50 anos -que não tem impacto nas vidas dos contribuintes, só dos entes públicos.

Há ainda um seguro contra perdas de receita. O estudo não considerou o impacto dos fundos de desenvolvimento regional e de compensação de benefícios fiscais sobre essas regiões.

Segundo o Ipea, pelas regras de transição, estas

idades terão um tempo razoável de adaptação à nova realidade, sem riscos de queda abrupta de receita.

"Trata-se de um longo processo de transição, ao final do qual as distorções atuais, caracterizadas pelas grandes diferenças de receita per capita entre os municípios mais ricos e mais pobres, serão gradualmente reduzidas, beneficiando enormes contingentes de população hoje carentes de serviços públicos básicos", diz a nota técnica.

O Ipea simulou ainda qual seria a receita de cada estado e município com o novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), cobrado no destino, em substituição ao ICMS estadual e ao ISS municipal, se essa mudança já estivesse em vigor em 2022. Não foi considerada a transição, nem efeitos positivos sobre o crescimento econômico, nem o seguro contra perdas de receitas.

Nesse caso, R\$ 54 bilhões (7% das receitas) trocam de mãos e vão para unidades da Federação que representam 70% da população brasileira.

Perdem receitas o conjunto dos governos estaduais e municipais dos seguintes estados: São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Amazonas e Roraima.

Na maioria desses casos, os efeitos redistributivos ocorrem na esfera municipal, não estadual. Haveria um aumento de receita para 4.539 municípios (16 capitais), com redução para 1.030 (11 capitais).

Os estados nos quais o percentual de municípios ganhadores é inferior a 50% são Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em São Paulo e Amazonas, a maior parte dos municípios ganha com a reforma.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/veja-os-municipios-e-estados-que-ganham-mais-com-a-reforma-tributaria.shtml>

Déficit zero em 2024 defendido por Haddad enfrenta ceticismo no governo

Julia Chaib

A meta de zerar o déficit já em 2024, uma das principais bandeiras do ministro Fernando Haddad (Fazenda) desde o início do ano, é vista com ceticismo não só pelo mercado, mas também por ministros, técnicos do próprio governo e congressistas, segundo relatos colhidos pela Folha .

Em conversas reservadas, membros do Executivo manifestam contrariedade com os objetivos traçados para a política fiscal. Alguns têm até mesmo feito alertas à Fazenda sobre as dificuldades de se atingir o equilíbrio das contas já no ano que vem, numa tentativa de pavimentar o diálogo para mudar a meta fiscal.

Haddad, no entanto, segue irredutível na intenção de perseguir o objetivo anunciado no fim de março.

Um dos alertas, segundo os relatos, veio da própria ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento).

Em reunião recente, com a presença de Haddad e dos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão), ela enfatizou os obstáculos de se conseguir a aprovação de tantas medidas para ampliar a arrecadação - a própria Fazenda estima uma necessidade de cerca de R\$ 130 bilhões em recursos extras para fechar a conta.

Na ocasião, Tebet chegou a argumentar que uma meta de déficit de 0,5% do **PIB** (Produto Interno Bruto) seria mais crível. O próprio mercado projeta um resultado negativo de 0,75% do **PIB** para o ano que vem, segundo o Boletim Focus, do Banco Central .

Considerando a margem de tolerância de 0,25 ponto percentual criada pelo novo arcabouço, o governo estaria cumprindo seu objetivo para o ano que vem, caso a ideia de Tebet tivesse prevalecido.

Segundo os relatos, no entanto, Haddad se manteve determinado em aprovar o pacote para elevar a arrecadação, cujos impactos já serão incorporados ao projeto de Orçamento a ser enviado até a próxima quinta-feira (31).

Além disso, o ministro da Fazenda ponderou que, como a peça orçamentária só é votada no fim do ano,

o governo tem tempo para administrar eventual alteração nos próximos meses, caso ela se mostre de fato necessária.

Tebet evita se opor publicamente a Haddad . Uma vez que o ministro se mostrou irredutível na discussão da meta, ela optou por ficar ao lado dele, como uma decisão de governo.

O discurso da ministra a interlocutores é o de que o Orçamento está sendo feito com o déficit zero, e a pasta já recebeu inclusive as estimativas de receita do Ministério da Fazenda .

Mesmo assim, a preocupação persiste no governo. Diferentes técnicos ouvidos pela reportagem nos últimos dias responderam com expressões como "não agora", ou que o sentimento é de "não se alterar ainda", deixando a porta aberta para uma rediscussão até o fim do ano.

A visão em comum nesses grupos é que o alvo da política fiscal pode impor dificuldades ao Executivo. Simulações do Tesouro divulgadas em julho mostram que, mesmo com um esforço extra de arrecadação, o governo pode ter de contingenciar até R\$ 56,5 bilhões para cumprir a meta de déficit zero em 2024.

Um bloqueio bilionário de verbas seria um complicador político para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que prometeu a retomada de investimentos, relançou o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e espera poder contar com as verbas para tocar os programas estratégicos.

Tanto membros do governo quanto congressistas avaliam que o ministro da Fazenda se antecipou ao prometer o déficit zero já para 2024, objetivo que poderia ter sido sinalizado para 2025, por exemplo - o que permitiria um ritmo de ajuste mais gradual, sem gerar desgastes desnecessários para o governo.

Haddad, por sua vez, sempre defendeu a meta, descrita pela própria equipe como "ambiciosa". Por isso, a discussão de mudança é considerada um tema de altíssima sensibilidade dentro do governo.

Segundo relatos, a proposta de descontar da meta fiscal de estatais R\$ 5 bilhões de gastos com investimentos do PAC já foi um sintoma dos embates

nos bastidores. Essa foi a saída encontrada diante da resistência da Fazenda em alterar os objetivos como um todo.

Desistir do déficit zero poderia significar para Haddad uma admissão de que o alvo era muito ousado e é necessário frustrar expectativas. Por outro lado, descumpri-la no primeiro ano de vigência do novo arcabouço fiscal também seria negativo para a credibilidade da regra.

Na Fazenda, o discurso é o de tentar ao máximo aprovar todas as medidas, que fracassarão apenas se o Congresso escolher rejeitá-las. Assim, os responsáveis pela necessidade de mudar a meta fiscal seriam os parlamentares, não o governo.

No Planejamento, há uma preocupação adicional. Em conversas reservadas, técnicos não veem o pacote de Haddad como uma prioridade porque temem que sua tramitação no Legislativo acabe atrapalhando a discussão da **Reforma Tributária**, pauta tida como prioritária.

Congressistas também compartilham do sentimento de membros do governo em relação à mudança da meta.

Em entrevista à Folha, o próprio relator do PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), disse que o governo dificilmente escapará de uma mudança na meta fiscal de 2024. "Inevitavelmente o governo vai ter que mexer na meta", afirmou no início de agosto.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) também avalia ser necessário mexer no alvo da política fiscal para o ano que vem.

"Foi um erro ter anunciado a meta de resultado primário zero para o próximo ano. Podíamos ter falado [déficit de] 0,5% [do PIB]. A avaliação do mercado sempre foi [déficit de] 0,8%. A gente propôs uma meta muito arrochada, difícil de cumprir", diz.

O petista afirma que a situação ficou ainda pior com as últimas decisões do Congresso, como a de excluir a tributação das offshores -empresas abertas fora do país de origem, geralmente em paraísos fiscais- da MP (medida provisória) que ampliou o salário mínimo e atualizou a tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física).

O governo vai mandar um projeto de lei com urgência constitucional, mas ainda assim Farias prevê dificuldades para aprová-lo. "Vai ter problema. Há resistência do Parlamento muito forte quando se fala em tributação dos mais ricos", afirma.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/deficit-zero-em-2024-defendido-por-haddad-enfrenta-ceticismo-no-governo.shtml>

Reforma Tributária: 82% dos municípios sairão ganhando, diz Ipea

Por Vinicius Neder - Rio

Se a **Reforma Tributária**, conforme aprovada na Câmara no mês passado, fosse colocada em prática de uma vez, com base na divisão do bolo da arrecadação fiscal de 2022, 82% dos municípios do país ganhariam receitas, mostra estudo publicado nesta segunda-feira pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No caso dos estados, 60% sairiam ganhando. Dois terços (67%) da população nacional vivem nas cidades que sairiam ganhando.

Mesmo as prefeituras e os governos estaduais que saem perdendo poderão experimentar ganhos no longo prazo, explicou um dos autores do estudo, o economista Sérgio Gobetti, pesquisador do Ipea cedido à Secretaria de Estado de Fazenda do Rio Grande do Sul, onde atua como assessor econômico.

Por um lado, as perdas serão menores porque a **Reforma Tributária** não será implantada de uma vez, mas passará por uma longa transição, de vários anos. Por outro, diversos levantamentos apontam que um sistema de **tributos** mais simples e eficiente, com menos distorções e menos burocracia, deverá elevar o crescimento econômico potencial. Se o ritmo do crescimento econômico acelerar, um efeito indireto é o aumento da arrecadação tributária.

- Quando falamos que 82% dos municípios e 60% dos estados ganham, e os demais perdem, é perder fatia no bolo de arrecadação - disse Gobetti. - Parte dos perdedores também poderão ganhar, no caso de o efeito do crescimento econômico sobre o bolo da arrecadação ser maior - completou o economista.

Segundo Gobetti, a **Reforma Tributária** reduzirá a concentração da arrecadação tributária em poucas cidades e estados por causa de duas mudanças principais. Uma delas é a espinha dorsal da reforma, passar a cobrança dos **tributos** exclusivamente no destino, ou seja, sobre as vendas efetuadas em cada local de consumo do país.

Atualmente, o ISS, principal tributo municipal, é cobrado sobre as receitas das empresas de serviços sediadas em cada cidade. Assim, grandes prestadores de serviços, como bancos e empresas de tecnologia da informação (TI) pagam **impostos** em poucos

locais, embora atuem em todo o país.

A segunda mudança importante para desconcentrar geograficamente a arrecadação tributária é a mudança na repartição do ICMS, o principal tributo estadual.

Atualmente, 25% da arrecadação com ICMS de cada governo estadual tem que ser repartido com as prefeituras. Os critérios de repartição até seguem diretrizes nacionais, mas variam conforme cada estado, explicou Gobetti.

E, principalmente, o tamanho da economia de cada município tem peso relevante no conjunto de critérios - o que faz com que os mais ricos levem parte importante das cotas do ICMS a que as prefeituras têm direito.

Com a reforma, segundo Gobetti, isso mudará. Pela redação final da proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada na Câmara, o tamanho da população passará a ser o critério mais importante na divisão do futuro IBS, a porção do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) que caberá a estados e municípios.

Segundo a nota técnica de Gobetti, com coautoria com a economista Priscila Kaiser, "um volume total de R\$ 36 bilhões (um terço da receita de R\$ 107 bilhões) mudaria de mãos com a substituição do ISS na origem por um IBS no destino".

"E dois terços dessa migração de recursos têm origem em 45 cidades muito ricas de São Paulo (grandes e pequenas), a qual é redistribuída para os demais municípios paulistas e do restante do país", diz o relatório publicado nesta segunda-feira na Carta de Conjuntura do Ipea.

Nos cálculos do estudo, apenas em três estados haverá mais municípios perdedores do que ganhadores: Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. São casos de estados "exportadores", que produzem mais do que consomem e, portando, sairão perdendo com a mudança da cobrança de **impostos** da origem, ou seja, da produção, para o destino, ou seja, para o consumo.

No Rio, 62% das prefeituras sairão ganhando. Já em São Paulo, apesar das perdas das "45 cidades muito ricas", 74% dos municípios sairão ganhando com a

reforma.

- Mesmo num cenário pessimista de crescimento econômico, tem uma ampla maioria ganhadora. A grandiosa maioria de municípios é beneficiada - afirma Gobetti.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/28/reforma-tributaria-82percent-dos-municipios-sairao-ganhando-diz-ipea.ghtml>

Reforma tributária: SP e seus municípios perderiam R\$ 35 bi se não houve prazo de transição

BRASÍLIA - Caso não houvesse um prazo de transição e a **reforma tributária** fosse imediatamente implantada, o Estado de São Paulo e seus municípios poderiam ter uma perda de R\$ 35 bilhões de arrecadação do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) .

A conta considera as receitas do governo do Estado e de todos os seus 645 municípios. Os dados fazem parte de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) sobre os impactos distributivos da reforma. O texto da reforma já foi aprovado na Câmara e agora tramita na Senado. O IBS vai unir o ICMS, dos Estados, e o ISS, dos municípios.

Segundo as simulações feitas, os municípios perderiam R\$ 23 bilhões, e o Estado, R\$ 12 bilhões. Os dados mostram que 480 cidades de São Paulo ganham, e outras 165 perdem com a mudança.

Para o economista Sergio Gobetti, do Ipea, os R\$ 12 bilhões de perda para o Estado de São Paulo são pouco relevantes frente à perspectiva de um potencial de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) maior, um ambiente mais produtivo e o fim da chamada guerra fiscal.

Os valores de perda não consideram a possibilidade de um crescimento adicional por conta do impacto da reforma no crescimento.

Para Gobetti, o Estado tem potencial de aumentar a arrecadação com a reforma porque tem um grande parque industrial, setor que será beneficiado pela aprovação da proposta no Congresso.

O economista comentou ainda a declaração do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, que estimou uma perda de R\$ 17 bilhões com a mudança. Segundo ele, essa perda ocorreria se não houvesse um período de transição, o que não é o caso. A reforma prevê uma transição de 50 anos.

Com a transição e num cenário moderado, São Paulo é uma das cidades que chegaria ganhando ao final da reforma , disse.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/reforma-tributaria-sp-e-seus-municipios-perderiam-r-35-bi-se-nao-houve-prazo-de-transicao,c3cc3bd75a9bb1188a06a7dc97d5f829vttgbw50.html>

Imposto com maconha já soma US\$ 3 bi nos EUA

Fernanda Perrin

Washington Enquanto o STF (Supremo Tribunal Federal) julga a descriminalização das drogas no Brasil, estados americanos já alcançam um faturamento bilionário taxando o comércio da maconha.

Esse valor soma US\$ 2,9 bilhões (cerca de R\$ 14 bilhões) em uma conta bastante conservadora, que considera apenas os 11 estados que arrecadaram **impostos** específicos sobre cannabis para fins recreativos em todos os meses do ano fiscal de 2022 (de julho de 2021 a junho do ano seguinte).

Os dados são do Centro de Estudos Tributários do Urban. Instituc e da Brookings (TPC, na sigla em inglês), sediado nos EUA, com base na chamada "excise tax", um imposto seletivo que incide sobre produtos específicos, como álcool e cigarro, para desestimular seu uso e compensar efeitos negativos, e não contabiliza o uso medicinal.

Para comparação, o total arrecadado pelos entes federativos no Brasil com o imposto sobre herança (ITCMD) foi R\$ 10,7 bilhões no ano passado, segundo o Impostômetro.

A possibilidade de tributar a maconha é um dos principais argumentos de defensores da legalização de seu comércio -um passo além da descriminalização do porte para consumo pessoal

Nos Estados Unidos, esses recursos têm sido usados para bancar desde escolas e rodovias a programas de prevenção ao abuso de substâncias e de mitigação das consequências negativas da política passada de guerra às drogas. Nesse último caso, isso inclui por exemplo apoio a comunidades negras, alvo desproporcional de encarceramento por posse de maconha.

A Califórnia é o estado que mais lucra com a tributação da droga em termos absolutos (US\$ 774 milhões), mas proporcionalmente às demais receitas, a cifra representa 0,3% do total arrecadado no estado.

Já no Colorado e em Nevada, esse percentual é de 1,7% -o maior do país. Em outros três estados (Washington, Alasca e Oregon), esse número supera

1%.

Com Washington, Colorado foi um dos primeiros estados americanos a legalizar a posse e o uso da maconha para fins recreativos, em 2012. Dois anos depois, foi liberada a comercialização.

Hoje, o Colorado já fatura mais com a droga do que com imposto semelhante sobre álcool (0,9% da arrecadação total no mesmo período).

O uso recreativo da maconha é liberado em 23 estados e no Distrito de Columbia (DC), onde fica a capital do país, Washington (não confundir com o estado de mesmo nome). Desses, 20 têm legislação em vigor para taxar a droga, de acordo com o TPC.

Delaware, Minnesota e Virgínia preveem **impostos**, mas as vendas legais ainda não haviam começado até agosto.

Em DC, uma emenda aprovada pelo Congresso impede que o distrito regule e taxe a venda de maconha, embora ela tenha sido descriminalizada. Na prática, isso significa que as vendas ocorrem, mas tecnicamente a droga é um "presente" dado pelo vendedor ao comprador de outro produto, como uma camiseta.

Entre os estados em que a tributação ocorre, há três sistemas: um percentual sobre o preço de venda, um valor sobre o peso, ou um valor sobre a potência segundo o nível de THC. Em alguns casos, há sistemas híbridos (em cima de preço e peso, por exemplo).

Por ser mais simples, a cobrança em cima do preço de venda é a mais comum. Esse percentual varia de 37% em Washington a 6% no Missouri.

No Alasca, é cobrado US\$ 50 por onça (cerca de 28g) de fio -res maduras, a parte mais potente da planta. Outras partes têm valores menores.

Já em Nova Jersey, a taxa é a mesma para todas as partes, mas varia conforme o preço médio no varejo (quanto mais cara, menor o imposto).

Connecticut é o único estado em que o sistema todo é baseado apenas na potência, ou seja, no nível de

THC. No caso da planta em si, o valor é de US\$ 0,625 Por miligrama, e sobe para US\$ 2,75 por miligrama em comestíveis (conhecidos como edibles).

Colorado, Illinois, Maine, Nevada e Nova York usam uma mistura desses sistemas.

A escolha de cada um não é aleatória. A cobrança sobre o preço é mais simples, mas deixa os estados vulneráveis à variação do valor da droga no mercado - o que a experiência dos últimos anos tem mostrado ser bastante volátil. Ou seja, cai o preço, cai a receita.

Por isso, a cobrança por peso é uma solução mais estável, já que a quantidade comercializada varia menos que o preço. O problema é que a cobrança é mais complexa, e mais permeável a fraudes.

A escolha por tributar a potência busca desestimular o uso de formas mais potentes.

O problema, novamente, é a complexidade, que exige uma análise ainda mais sofisticada para medir o nível de THC.

Nesse sentido, os americanos ainda estão experimentando a tributação. A Califórnia, por exemplo, abandonou em 2022 a cobrança sobre peso para ficar com uma taxa de 15% sobre o preço de venda.

Patrick Oglesby, fundador do Center for New Revenue (centro para novas receitas), trabalhou nos comitês do Congresso americano sobre tributação e foi o presidente da comissão da Califórnia que estudou a taxa. Ele considera a cobrança de um percentual sobre o preço o método mais primitivo, pois tende a encarecer o produto após a legalização, devido à demanda maior. Porém, quando o mercado se estabiliza, os preços caem, minando o objetivo de desestimular o uso.

Oglesby considera interessante a escolha de Nova Jersey de uma taxa ligada ao preço médio, mas que precisa ser acompanhada (a venda legal começou em abril de 2022).

Ele também acha difícil o peso das receitas com maconha superarem 2%. "O mercado ilegal está pronto para ampliar sua participação de mercado se os **impostos** ficarem muito altos. Consumidores também podem ir comprar em outro estado."

Outras taxas também podem incidir sobre as vendas - **impostos** gerais cobrados sobre qualquer transação independente do produto, como a compra de uma roupa, em níveis estadual e local.

Considerando todas essas variações, os especialistas Richard Auxier e Nihita Airi fizeram um exercício para permitir algum nível de comparação entre a taxa nos estados. Em um cenário hipotético em que um consumidor compra 1 onça (28g) da flor da maconha com um nível de 20% de THC por US\$ 100 (pré-imposto), o estado que mais tributa é o Alasca (US\$ 57,50). Na outra ponta, está Nova Jersey, com uma carga de US\$ 14,32.

O mercado ilegal está pronto para ampliar sua participação se os **impostos** ficarem muito altos. Consumidores também podem ir comprar em outro estado

Patrick Oglesby, do Center for New Revenue

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50383&maxTouch=0&anchor=6482516&pd=9619870a1043f38c295b75247cc2d5f3>

País asiático reduz imposto sobre transações na bolsa

A China anunciou, neste domingo (27), que vai reduzir pela metade o imposto sobre transações no mercado de ações, para restaurar a confiança na segunda maior bolsa de valores do mundo, a de Xangai, em um contexto de desaceleração econômica no país.

A redução de **impostos**, válida também para os papéis negociados em Shenzhen, é a primeira desde 2008 e entrará em vigor nesta segunda-feira (28). Até agora, a taxa era de 0,1%.

"Para dinamizar o mercado de capitais e reforçar a confiança dos investidores, o imposto de selo sobre as transações de valores será reduzido pela metade a partir de 28 de agosto ", afirmaram em **comunicado** o Ministério das Finanças e a administração responsável pela tributação.

Com isso, o governo procura voltar a atrair investidores que perderam a confiança nos ativos chineses.

A medida era altamente esperada pelo setor financeiro da China continental, afetado pela situação econômica do país, imerso em uma crise de dívida imobiliária, baixos gastos dos consumidores e desemprego recorde entre os jovens.

O índice CSI300 das maiores capitalizações nas bolsas de Xangai e Shenzhen caiu cerca de 4% em 2023, após dois anos consecutivos de quedas, segundo a agência Bloomberg.

A queda deve-se em parte à falta de recuperação econômica após a pandemia de Covid-19 na China.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50383&maxTouch=0&anchor=6482516&pd=9619870a1043f38c295b75247cc2d5f3>

Brasil tem o gás para seu crescimento (Artigo)

Christine Samorini e Eduardo Gouvêa Vieira

Cristhine Samorini e Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira são, respectivamente, presidentes da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

*

O Brasil tem gás em volume suficiente para, além de viabilizar uma maior produção de óleo, contribuir com o crescimento econômico e a expansão da indústria nacional. Temos o potencial de triplicar a oferta nacional de gás natural no horizonte 2030.

Essa é a principal conclusão do estudo do Instituto de Energia da PUC Rio, que realizou uma análise detalhada, poço a poço, com foco na área de exploração e produção do pré-sal brasileiro. O estudo considerou os novos projetos que irão disponibilizar gás natural e fez uma avaliação criteriosa de todo o gás que vem sendo e aquele que será - por novos sistemas de produção-reinjeta-do nos reservatórios.

No cenário que considera a redução da reinjeção para níveis técnicos, ou seja, somente o volume necessário para garantir a especificação do gás natural, teríamos a oportunidade de adicionar em torno de 30 milhões de metros cúbicos do energético diariamente na oferta. Essa adição pode ocorrer tão rápido quanto para 2026, sem prejudicar a recuperação de óleo.

Mais a longo prazo, olhando o final da década, é possível atingir a marca de 120 milhões de metros cúbicos de gás por dia de oferta nacional, diante dos 40 milhões ofertados atualmente.

Para que tudo isso ocorra, existem atrasos que precisam ser reparados com urgência. É o caso da Unidade de Tratamento de Gás Natural (UTG) em Itaboraí, no Rio, que precisa ser finalizada para que o Rota 3 possa finalmente operar. A expectativa é para o final de 2024. A UTG já existente em Caraguatatuba, São Paulo, também deve ser modernizada para processar o gás rico do pré-sal.

No caso do Espírito Santo, a maior oferta de gás pode mudar o quadro de subutilização das UTGs capixabas. Com uma capacidade de tratamento da ordem de 22 milhões de metros cúbicos por dia, atualmente as

unidades estão com uma ociosidade superior a 70%.

Além desses projetos, o BM-C-33, chamado de Pão de Açúcar, e sua rota de escoamento para cidade de Macaé no Rio de Janeiro, e o polo de produção em Sergipe-Alagoas devem ser concretizados. Por fim, visitar a condição de reinjeção de 100% do gás natural em campos com teor de gás carbônico (CO₂) abaixo de 20%, permitirá o desenvolvimento de novas rotas de escoamento.

E falando do assunto "carbono", o estudo confirmou uma outra verdade que já sabíamos. Ao contrário do que vem sem postulado, temos sim gás sem grandes concentrações de contaminantes. Pelo contrário, a maior parte do nosso gás produzido vem de reservatórios com baixo teor de CO₂ - como em torno de 5% em Tupi e de 20% em Búzios - e temos áreas com baixíssimo ou quase 0% de CO₂, como é o caso do campo de Bacalhau.

Aliás, no que concerne a reinjeção não há como observar somente do ponto de vista de quem produz. Enquanto o gás que pode chegar a consumo é reinjetado, a indústria é obrigada a retardar a transição da matriz energética e a utilização de fontes mais sustentáveis, o que para o país é muito ruim. Com esses fatos em mãos, cai por terra a narrativa de descarbonização usada como justificativa para a reinjeção do gás.

Em outras palavras, o aprisionamento do gás natural nos reservatórios aumenta o CO₂ emitido pelo país nas atividades industriais. Na siderurgia, por exemplo, o potencial de substituição de coque por gás, e conseqüente redução da pegada de carbono de suas operações, é dificultado ou mesmo inviabilizado.

No agronegócio, a necessidade de importar fertilizantes por navios faz com que o Brasil seja importador também de CO₂. Substituir ureia importada por ureia nacional com base no gás natural brasileiro é o que de fato nos colocará na correta trilha da descarbonização.

Entrando na seara da demanda pelo gás, enquanto era discutido o novo marco legal para o energético, muitos afirmavam que novos volumes de gás não chegavam ao mercado por supostamente não existir consumo que justificasse investimento.

Como anteriormente apontado em diversos mapeamentos apresentados pela indústria, o estudo do IE-PUC também reforça que existe demanda firme de gás natural garantida pela indústria brasileira. Como exemplo claro, reforçou-se a visão de Polos Gás-Químicos como potencial para ancorar a demanda pelo nosso gás, incluindo a questão de fertilizantes - tema tão sensível para o nosso agronegócio.

Ademais, o gás natural se apresenta como a opção correta de uma ampliação de oferta energética em um momento em que a sociedade clama por opções mais limpas, menos emissoras de carbono.

A molécula é alternativa viável em muitas linhas de produção que têm nele insumo imprescindível e também nas quais ela atribui valor agregado ao produto final, que pode ser entregue com menor pegada de carbono.

O gás natural também é âncora para projetos de energias renováveis, garantindo segurança em momentos de menor incidência de sol, de vento ou de chuva.

Por fim, para chegarmos a uma nova realidade, em que oferta e demanda pelo gás são ampliadas, principalmente com objetivo da neointustrialização, o preço do gás precisa estar adequado ao seu maior uso. Nesse ponto, não faz sentido persistir com a Paridade de Preço Internacional (PPI) para o gás natural cujo único destino é o mercado nacional.

Preço esse que, por sinal, pode chegar até dez vezes um preço de referência de molécula no Brasil, conforme dados públicos e chega até três vezes o preço do gás natural, considerando todas as variáveis que compõem o preço final ao consumidor - transporte, distribuição e **impostos**.

A mensagem é muito clara. O Brasil tem gás, e gás na qualidade que é possível tratar. O Brasil tem demanda e a indústria garante demanda firme que irá sustentar os investimentos necessários. E o que viabiliza tudo, o preço, deve ser justo e adequado às condições do país.

O momento é de recuperar o tempo perdido e garantir que os investimentos necessários sejam concretizados. Sem esquecer da regulação dedicada, que precisa estar adequada ao novo marco legal, e contemplar o acesso às infraestruturas essenciais de oferta de gás.

A maturidade do mercado de gás no Brasil depende da melhor coordenação de esforços entre os agentes

públicos e privados, onde o senso de urgência é, sim, relevante.

O Brasil tem gás. A janela de oportunidade para o desenvolvimento do país não ficará aberta para sempre.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230825/>

Para Lula, África tem tudo para se tornar potência agrícola

Ingrid Soares

Em discurso na XIV Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a "África tem tudo para se tornar uma potência agrícola, com capacidade para alimentar seu povo e o mundo" e destacou que "Brasil continuará a ser parceiro nessa empreitada".

Segundo o presidente, o governo deve reeditar uma vertente do programa Mais Alimentos - que permite que pequenos produtores possam ter acesso a financiamento para compra de tratores e implementos agrícolas - voltada para os países do continente. "Assim como no passado, uma versão do Mais Alimentos para a África deve ser retomada como mais uma vertente da cooperação Sul- Sul brasileira", salientou.

O presidente destacou que os países da CPLP reúnem quase 300 milhões de consumidores, espalhados por quatro continentes e com um **PIB** de US\$ 2,3 trilhões.

No bojo dessa passagem por São Tomé e Príncipe, foram assinados dois atos bilaterais, um deles o acordo de cooperação e facilitação de investimentos entre os países da comunidade lusófona.

Isso porque, conforme lembrou, mais de 1,7 mil estudantes dos países que falam português concluíram estudos de graduação no Brasil nos últimos 20 anos.

"Com as mudanças no mundo do trabalho, vivemos o desafio de dinamizar nossas economias garantindo trabalho digno, salário justo e proteção aos trabalhadores e trabalhadoras. Esse é o espírito da iniciativa em defesa do trabalho decente que lançarei com o presidente (JOe) Biden, à margem da próxima Assembleia Geral da ONU", adiantou. Por conta disso é que o tema do encontro da CPLP foi "Juventude e Sustentabilidade".

Mas uma fala do presidente repercutiu mesmo depois da chegada a São Tomé e Príncipe.

Horas antes, em Angola, em entrevista a jornalistas, ele disse que era preciso fazer uma reparação em

relação a Dilma Rousseff - que sofreu um processo de impeachment por causa das pedaladas fiscais. Isso porque, como lembrou Lula, a ação de improbidade contra a ex-presidente, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), foi arquivada.

"A Justiça Federal em Brasília absolveu a companheira Dilma da acusação da pedalada. Foi absolvida e eu, agora, vou discutir como que a gente vai fazer. Não dá para reparar os direitos políticos, porque se ela quiser voltar para ser presidente, eu quero terminar o meu mandato", disse, bem humorado.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/28/all.pdf>

Mercado de milhas põe consumidor em alerta

Rafaela Gonçalves

A suspensão de pacotes da categoria promocional da agência 123 Milhas pegou os consumidores de surpresa e vem causando dor de cabeça para quem tinha viagens compradas com a empresa entre setembro e dezembro deste ano. A decisão veio quase três meses após a interrupção de serviços semelhantes da empresa Hurb, reacendendo o alerta sobre a oferta de viagens super baratas, com datas distantes e flexíveis.

Os programas de milhagens provocaram uma verdadeira revolução no setor e, há cerca de uma década, surgiu uma espécie de mercado paralelo, que começou a seduzir os viajantes com propostas irresistíveis. Agências começaram a comprar milhas para revender depois por preços muito baixos, quando o turista fecha os pacotes com bastante antecedência.

Anúncios de promoções por meio do sistema de milhas são encontrados em todo lugar e as companhias se utilizam de propaganda para passar uma imagem de que possuem a mesma credibilidade das companhias aéreas.

A especialista em direito cível e do consumidor Thaís Oliveira destacou, no entanto, que essas empresas atuam como intermediárias na comercialização de pacotes.

"De um lado, elas adquirem milhas, e do outro, as vendem como passagens aéreas, atuando de maneira análoga a agências de viagens especializadas.

Há discussões sobre uma regulação específica, no entanto, em razão da empresa assumir uma responsabilidade importante no fornecimento de serviços, atualmente a regulação se dá pelas leis do Código de Defesa do Consumidor", explicou.

A 123 Milhas era um dos sites de viagens mais acessados do país, e já havia problemas registrados no Procon-SP por conta de passagens e pacotes que simplesmente sumiram. A companhia tinha ofertas atraentes, seja com preços muitíssimos baixos ou com facilidade para marcar a data.

"Esse modelo de compra de passagens aéreas e pacotes flexíveis foi uma operação bastante agressiva,

baseada na combinação de preços baixos e no alto investimento em marketing", avaliou Ahmed El Khatib, coordenador do Instituto de Finanças da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap).

Riscos

Muitas pessoas viajaram e se beneficiaram dos baixos preços oferecidos por esse modelo de negócio, mas a sustentabilidade foi colocada em xeque com o aumento de custos do mercado de turismo, em especial o de hospedagens e passagens aéreas. No **comunicado** que informa a suspensão dos pacotes, a companhia aponta como causas "fatores econômicos e de mercado", como a elevada taxa de juros e preços das passagens.

"A imprevisibilidade e volatilidade do setor afetou o cumprimento das promessas nos pacotes.

Esse modelo de negócio é uma espécie de venda a descoberto, isto é, quando as empresas vendem pacotes com muita antecedência da viagem, acima de um ano, o que faz com que o cliente não receba de imediato a confirmação e os bilhetes aéreos.

Companhias aéreas, por exemplo, não vendem passagens com mais de 11 meses de antecedência", lembra Khatib.

O economista sublinha as nuances entre os atores no segmento de viagem. Enquanto empresas como Airbnb e Booking cobram uma taxa das pessoas físicas e dos hotéis para incluí-los em suas vitrines de negócios, a Hurb também foi uma intermediária que recebia o dinheiro do hóspede, pagando seus fornecedores depois de a viagem ser realizada.

"Essa companhia também adotou a arriscada estratégia de oferecer pacotes a preços muito baixos, quase simbólicos. Vendia, por exemplo, um pacote de R\$ 1.000 para sete dias na Disney, a ser utilizado pelos clientes quando o mundo voltasse ao normal e reabrisse no pós-pandemia", compara.

Khatib afirma que a ideia do Hurb foi oferecer esse tipo de promoção para reforçar o caixa no curto prazo, imaginando que encontraria um ponto de equilíbrio financeiro quando o turismo global fosse retomado. "A **inflação** acumulada do período fez o preço das

passagens e hospedagens aumentar muito, não sendo possível honrar os compromissos.

Sem receber, hotéis parceiros passaram a recusar as reservas de clientes do Hurb", analisa.

Por meio de **comunicado**, a 123 Milhas informou que devolveria integralmente os valores pagos pelos clientes por meio de "vouchers", que poderiam ser usados apenas em outros produtos da empresa, como passagens, hotéis e pacotes turísticos, adquiridos dentro da plataforma.

A prática é considerada ilegal, em São Paulo, na Paraíba e no Paraná, a Justiça já determinou que a companhia indenize alguns clientes.

A Justiça de São Paulo determinou o bloqueio de mais de R\$ 44 mil das contas da empresa para reembolsar a compra de cinco passagens aéreas de um cliente da empresa, que viajaria no dia 10 de setembro para Madrid, na Espanha. Até o momento não se sabe o número total de passageiros prejudicados e o impacto financeiro da suspensão. O Ministério Público abriu um inquérito para investigar a conduta da agência de viagens e solicitou informações sobre quantos pedidos de reembolso foram formulados pelos consumidores e quantos acordos foram efetivados.

Recuperação judicial

Segundo o advogado Leonardo Adriano Ribeiro Dias, o caso pode resultar em um regime de recuperação judicial - processo pelo qual a empresa passa para evitar sua total quebra ao entrar em uma crise financeira. "Caso a 123 Milhas não suporte os prováveis desencaixes financeiros e não receba aportes dos sócios ou investidores, é possível que a crise se aprofunde a ponto de ela ter de recorrer à recuperação judicial", disse.

O advogado afirmou que, por não ser uma empresa de capital aberto, não há informações públicas sobre sua saúde financeira.

"Contudo, é inegável que os eventos relacionados ao cancelamento impactarão na saúde financeira da empresa. Já existem decisões judiciais determinando o bloqueio de contas da empresa, o que motivará uma corrida de consumidores para tentar reaver os valores das passagens.

A empresa inclusive encerrou o atendimento presencial e reduziu a divulgação de serviços junto a consumidores." Dias ressaltou que a recuperação judicial implicaria a suspensão de todas as ações e execuções contra a empresa, de modo que os credores em geral, inclusive aqueles que adquiriram

passagens aéreas e querem o dinheiro de volta, não poderão cobrar seus créditos de imediato.

Via de regra, os consumidores que reivindicam a devolução dos valores dos serão tratados como credores quirografários, isto é, sem garantias, e deliberarão coletivamente sobre o plano de recuperação a ser apresentado pela 123 Milhas. "Essa deliberação dependerá do valor do crédito de cada um e também do resultado de deliberações de outras classes de credores, como trabalhistas e credores com garantia real.

Até que se tenha uma solução, os consumidores não poderão cobrar seus créditos", explicou.

Ele destacou que o caso coloca em xeque a sustentabilidade do modelo de pacotes com datas flexíveis e, em paralelo, instala-se uma crise de credibilidade nessas empresas. "Um aumento da demanda, conjugado com custos elevados de hotéis e passagens, pode inviabilizar o atendimento de todos os consumidores, tornando a empresa deficitária.

O efeito disso é que ela não conseguirá atender a todos os consumidores e muitos serão prejudicados. No limite, a empresa recorre à recuperação judicial, é vendida para algum concorrente ou fecha as portas", afirmou.

Consumidor

Especialistas consultados pelo Correio advertem que os consumidores devem sempre estar atentos às condições em que as passagens aéreas ou pacotes de viagens são adquiridos. Entre as dicas na hora de comprar pacotes, a orientação é que os clientes prefiram pela emissão e confirmação imediata de passagens ou reservas, realizem diversas pesquisas e comparações antes de decidir pela compra, confirmem se a agência escolhida é regularizada e tenham clareza dos riscos caso escolham um pacote flexível e de longo prazo.

"É importante verificar, por exemplo, se há alguma cláusula de cancelamento unilateral, condições de reembolso e remarcação de viagens. A empresa deve fornecer aos consumidores informações claras e precisas, além de uma política de cancelamento, trocas e devoluções transparente, respeitando as regras impostas pelo Código de Defesa do Consumidor", disse a advogada Thaís Oliveira.

A advogada Gabriela Guerra, especialista em direito do consumidor, explicou que clientes lesados devem reunir todas as provas possíveis para reaver custos adicionais com a viagem planejada.

"O primeiro passo é reunir todas as provas possíveis de reservas de hotel que não conseguiu cancelar sem nenhum desconto, voos extras que já tinha adquirido a parte. Juntar toda a documentação necessária para uma possível ação indenizatória caso a empresa não assuma com os prejuízos dos fornecedores", recomendou.

"Esse modelo de compra de passagens aéreas e pacotes flexíveis foi uma operação bastante agressiva, baseada na combinação de preços baixos e no alto investimento em marketing" Ahmed El Khatib, coordenador da Fecap

Entenda como funciona

Pontos por dinheiro

A empresa compra milhas de programas de fidelidade em parceria com o HotMilhas, com pagamento em até 180 dias.

Quanto maior o prazo para receber, melhor a oferta.

Passagens mais baratas

A empresa vende então passagens mais baratas utilizando milhas de terceiros. Os voos podem ser adquiridos com data marcada ou na modalidade flexível, cujo a data pode ser definida posteriormente.

Flexibilidade

No caso das passagens flexíveis, os clientes só têm os bilhetes emitidos dez dias antes da data pretendida para a viagem.

Risco

A sustentabilidade desse formato foi colocada em xeque com o aumento de custos do mercado de turismo. Quando muitos passageiros solicitam o resgate de seus pacotes flexíveis ao mesmo tempo, a empresa corre o risco de não conseguir atender à demanda.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/28/all.pdf>

Dragão exaurido (Editorial)

Evidências de desaceleração da economia chinesa precedem a pandemia de Covid-19, mas ficaram mais claras com a frustração da retomada esperada em 2023.

O impulso ao crescimento esgotou-se rapidamente. Nos últimos meses houve estagnação de vendas no varejo e queda da produção industrial e das exportações, a ponto de colocar em dúvida a meta do governo de expandir o Produto Interno Bruto em 5% neste ano.

Pior, os dados mais recentes indicam crescimento potencial adiante abaixo de 3%. Observa-se deflação no atacado e nos preços ao consumidor. Cortes das taxas de juros, já em torno de 2,5% ao ano, e ampliação do crédito não têm sido suficientes para reverter o quadro.

O diagnóstico que vai se firmando é o de uma economia desbalanceada, com insuficiência crônica de consumo interno e dívidas excessivas de empresas estatais e governos locais, legadas por muitos anos de investimentos cada vez menos produtivos em infraestrutura e construção civil.

Do lado das famílias, num sistema financeiro fechado, os imóveis foram o principal destino da poupança, com aumento dos preços de moradias nas últimas décadas, que agora parece ter chegado ao fim.

Devido à erosão do valor de seu principal patrimônio, os cidadãos têm a confiança abalada e compram menos -a parcela do consumo no **PIB** é de apenas 38% no país, contra cerca de 70% nos EUA.

No agregado, esgotada a fase ascendente, configura-se um quadro de fragilidade financeira, que revela viés recessivo conforme os agentes contraem seus gastos. Juros mais baixos se mostram inócuos, como observado no Japão a partir da década de 1990.

É pertinente a comparação com a experiência japonesa, na qual o vigoroso crescimento da economia do país foi seguido por anos de fraco desempenho, em vez de uma crise financeira do tipo ocidental. A demografia é outro paralelo relevante -a população da China pode estar em declínio mais rápido que o esperado.

A questão mais importante é como reagirá o governo central de Xi Jinping. Até agora, o partido comunista segue a cartilha de sempre: mais crédito para

infraestrutura e subsídios para a indústria.

Dobrar a aposta na alta da capacidade de oferta é a conduta mais alinhada ao propósito de controle político do governo. Mas também poderá agravar o problema principal, a escassez de consumo e serviços, que resulta em insuficiente geração de empregos.

A esta altura o receituário mais eficaz para impulsionar o crescimento seria aumentar drasticamente as transferências para famílias, algo que ainda parece distante do pensamento de Xi Jinping.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50383>

PIB do 2º tri deve mostrar cenário bem diferente após disparada no início do ano

Anaís Fernandes e Marta Watanabe

o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil deve mostrar um comportamento bem diferente no segundo trimestre do ano daquele observado no primeiro. Não só a atividade registrará desaceleração significativa, como os fatores que darão contribuições positivas e negativas são quase inversos na comparação entre os períodos, apontam economistas.

O **PIB** deve passar de um crescimento de 1,9% no primeiro trimestre do ano, em relação aos três meses imediatamente anteriores, para alta de apenas 0,3% no segundo trimestre, com ajuste sazonal, de acordo com a mediana das projeções de 74 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor.

Na comparação com o mesmo período de 2022, a alta esperada é de 2,6%, pela expectativa mediana de 69 casas, também uma desaceleração ante o salto interanual de 4% do primeiro trimestre.

Os dados oficiais serão divulgados pelo IBGE na sexta-feira, 1o.

Do lado da oferta, a agropecuária deve passar de uma alta de mais de 20% na comparação trimestral, por causa da supersafra, para uma queda de 3,5%, dada a elevada base de comparação. Em relação ao segundo trimestre de 2022, no entanto, o agro ainda deve subir 12%, demonstrando a força do setor.

A indústria e os serviços, por sua vez, devem subir 0,5% cada, ante queda de 0,1% e alta de 0,6%, pela ordem, no primeiro trimestre.

"A alternância de desempenhos é o destaque na passagem do primeiro para o segundo trimestre. O agro vai devolver parte da alta super forte, o que é normal. A indústria reagiu um pouco, com um crescimento moderado. O resultado mais surpreendente é o bom desempenho dos serviços. O setor não foi muito bem no primeiro trimestre e esperava-se que já estaria um pouco mais fraco", afirma Flávio Serrano, economista-chefe do Banco Bmg. Ele projeta um **PIB** no segundo trimestre, ante o primeiro, em linha com a mediana.

Após a surpresa positiva da agropecuária no primeiro trimestre, Luca Mercadante, economista da Rio Bravo,

olha para o setor com mais cautela. Para ele, o agro pode trazer, no segundo trimestre, uma surpresa mais negativa em relação à mediana das projeções.

Quando se observa o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), um dos indicadores que ajudam a dar uma "temperatura" para o **PIB**, há no trimestre uma "herança estatística" positiva de 0,4 ponto percentual, mas, com o agro, esse resultado fica um pouco mais fraco, explica Mercadante.

Por isso, a gestora estima queda de 0,2% no **PIB** do segundo trimestre, em relação aos três meses anteriores. Essa cautela maior em relação ao agro também faz diferença, segundo Mercadante, para o projeção do **PIB** no ano, de 1,9%.

Para 2023, a expectativa mediana colhida pelo Valor é de alta de 2,3%, em linha com a pesquisa Focus, do Banco Central, mas, para 2024, já está um pouco acima: 1,5%, ante 1,3%.

O comportamento dos serviços contribui para um viés positivo na projeção da Rio Bravo para o **PIB** do segundo trimestre, reconhece Mercadante.

"O resultado do setor de serviços tem se mostrado muito resiliente, trazendo todo mês um surpresa.

Na verdade, parece que a expectativa para o **PIB** agregado do segundo trimestre converge para perto da estabilidade, mas estamos na ponta negativa", afirma.

Em uma ponta mais otimista, Claudia Moreno, economista do C6 Bank, projeta crescimento de 1,1% para o **PIB** do segundo trimestre, na comparação com os três meses anteriores. Essa alta, diz, é puxada por crescimentos de 1,1% na indústria e de 0,9% em serviços.

Uma hipótese é que esses desempenhos possam vir da agroindústria que, com o salto do primeiro trimestre, pode ter elevado a demanda por transporte, escoamento e processamento da safra de grãos. "Temos confiança de que a atividade venha acima da mediana do mercado", afirma Moreno.

Do lado da demanda, também deve ocorrer uma "troca de papéis".

Apesar do resultado surpreendente do **PIB** no primeiro trimestre, a demanda doméstica caiu 0,5%, lembra Serrano, do Bmg, porque o consumo das famílias foi fraco, e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida para os investimentos no **PIB**), ainda mais.

"Boa parte do resultado se deveu às exportações líquidas. O setor externo deu uma contribuição positiva bem forte para o **PIB**."

No segundo trimestre, deve acontecer o inverso", diz Serrano.

Em linha com alguma resiliência em serviços, o consumo das famílias deve avançar mais no segundo trimestre: 0,6%, de acordo com a mediana das expectativas, após subir apenas 0,2% de janeiro a março. O crescimento, no entanto, deve acontecer "mais por intervenção do que pela dinâmica econômica propriamente dita", diz Serrano, citando medidas do governo como a antecipação do 13o salário de aposentados e pensionistas e o aumento do salário mínimo. O programa de estímulo à venda de veículos deve ter tido algum impacto no fim do segundo trimestre, mas deve deixar uma carga positiva mais para o terceiro, acrescenta o economista.

A FBCF também esboça alguma recuperação, com alta prevista de 0,7% para o segundo trimestre, depois de cair 3,4% no período imediatamente anterior.

"Ela não será tão fraca quanto no primeiro trimestre em razão da recuperação marginal da indústria, da produção de caminhões e ônibus. A construção civil não foi bem, mas não deve ter uma queda suficiente para mitigar o bom desempenho da produção de bens de capital", diz Serrano.

Além disso, diferentemente do que aconteceu no primeiro trimestre, as importações devem crescer mais do que as exportações - 5% e 2,6%, respectivamente. Assim, a expectativa é que a absorção doméstica - soma do consumo, dos investimentos e dos gastos do governo - possa voltar a dar contribuição positiva para o **PIB**, enquanto o setor externo terá um efeito levemente negativo, aponta Serrano.

"Por incrível que parece, a demanda doméstica deve crescer no segundo trimestre, enquanto o que se esperaria era uma desaceleração ainda maior por causa dos efeitos defasados da política monetária", afirma.

Olhando à frente, a projeção mediana de 63 casas é que o **PIB** tenha ligeira contração, de 0,1%, no terceiro trimestre, ante o segundo.

Algumas casas têm uma projeção de **PIB** ligeiramente positiva ou negativa, mas, na média, é perto de zero, resume Serrano. "No curtíssimo prazo, há o efeito para o varejo das medidas do governo."

Mas são coisas pontuais, esses programas acabam gerando mais uma antecipação de processos do que uma recuperação consistente", afirma. Ao longo do segundo semestre, acrescenta, os setores devem flutuar em torno de uma tendência de zero.

"Acho que a desaceleração é consenso. A dúvida, entre economistas, é quantificar essa desaceleração."

Alguns acham que o Desenrola [programa do governo para renegociação das dívidas das famílias], ao reduzir a negativação dos consumidores, pode colocá-los de volta no mercado de crédito e, portanto, estimular o consumo. Mas não vemos muito motivo para corrigir nossos números", diz Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV.

Sua projeção para o **PIB** do segundo trimestre está em linha com a mediana, mas, para 2023, o banco espera um avanço menor do **PIB**, de 1,8%. "O risco que torna a gente um pouco mais conservador nas projeções é o global", diz Padovani, citando desacelerações importantes da atividade na Europa e na China e, em menor ritmo, nos Estados Unidos.

Isso, segundo ele, afeta a economia brasileira por dois canais: pelas commodities e, mais importante, pela redução do fluxo financeiro para mercados emergentes.

"O efeito prático é que parece haver um alívio financeiro para as empresas e as famílias que será gradual. É uma história que vale já para o segundo semestre deste ano e o primeiro semestre do ano que vem", afirma.

Até o fim do ano, Mercadante, da Rio Bravo, diz esperar que os efeitos da política monetária contracionista, que já aparecem no mercado de crédito, fiquem mais claros. Ele lembra que, apesar do início do corte de juros em agosto, a Selic permanecerá em níveis elevados. "Quando acabar o excesso de poupança, o impacto da política monetária deve chegar ao mercado de trabalho, o que pode trazer uma atividade mais fraca", afirma. Por isso, diz, é preciso acompanhar os impulsos fiscais, porque "alguma surpresa" ainda pode vir do governo.

"O resultado do setor de serviços tem se mostrado muito resiliente" Luca Mercadante

"O risco que nos torna um pouco mais conservador é o global" Roberto Padovani

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187643?page=1§ion=1)**

China usa poder econômico e seduz Sul Global para redesenhar ordem mundial

James Kynge

Quando o presidente da China, Xi Jinping, fez um "discurso importante" na Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2021, ele parecia ser pouco mais que uma lista de clichês edificantes. Xi disse que o mundo precisava de "harmonia entre o homem e a natureza" e acrescentou que o desenvolvimento econômico deveria trazer "benefícios para todos".

Foi tão escasso em detalhes concretos que a mídia global praticamente o ignorou. As elaborações que se seguiram, porém, deram ao discurso um significado crucial. Isso porque Xi o usou para propor um novo programa, a Iniciativa de Desenvolvimento Global (IDG), que hoje ganha reconhecimento como a pedra fundamental no modelo da China para uma ordem mundial alternativa que desafie a do Ocidente liderado pelos EUA.

À primeira vista, a IDG é apenas um programa multilateral liderado pela China para promover o desenvolvimento, amenizar a pobreza e melhorar as condições de saúde no mundo em desenvolvimento. Mas, com mais dois projetos anunciados por Xi-a Iniciativa de Segurança Global e a Iniciativa de Civilização Global -, ela representa o movimento mais ousado da China até agora para conseguir o apoio do "Sul Global", ampliar a voz de Pequim no cenário mundial e fortalecer o perfil da China na ONU, na avaliação de autoridades chinesas e analistas.

"[As iniciativas de Xi] mostram da forma mais evidente até agora a intenção chinesa de renovar regras de governança global escritas pelo Ocidente como um coletivo depois da 2ª Guerra", diz Yu Jie, pesquisadora da Chatham House, um centro de estudos de Londres.

"Os planos mostram que a China está firmemente convencida de que as relações com o Ocidente continuarão turbulentas na próxima década", acrescenta.

A ascensão das potências médias.

A chave do projeto da China é institucionalizar progressivamente sua liderança sobre as economias emergentes, ao criar, expandir e financiar vários agrupamentos de países liderados por ela, de acordo

com autoridades chinesas e analistas. Os objetivos dessa estratégia são principalmente garantir que uma ampla faixa do mundo continue aberta ao comércio e aos investimentos chineses e usar o voto dos países emergentes na ONU e em outros fóruns para projetar poder e valores chineses.

O contexto essencial para a estratégia é que, ao buscar uma liderança maior no Sul Global, a China se une à parte maior e que cresce mais rápido do mundo. Os 152 países classificados como emergentes na ONU superam em muito os desenvolvidos em vários critérios, como tamanho e crescimento populacional, taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) nas últimas duas décadas e parcela de contribuição ao crescimento do **PIB** mundial.

Pela primeira vez na história, no início deste ano a China exportou mais para o mundo em desenvolvimento-representado pelos países que fazem parte da Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI, na sigla em inglês)-do que para os EUA, a União Europeia e o Japão juntos, segundo dados coletados pela corretora chinesa Dongwu Securities.

"A China sempre será um membro da família dos países em desenvolvimento", disse Xi em um fórum em 2021. "Continuaremos a fazer o máximo para aumentar a representação e a voz das nações em desenvolvimento no sistema de governança mundial."

A lista de instituições internacionais em que Pequim espera ampliar sua influência e, por extensão, a do mundo em desenvolvimento, está cada vez maior. Ela inclui a ONU, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o G-20 e outros, segundo autoridades chinesas. Além disso, Pequim advoga pela expansão do número de membros de vários agrupamentos em que já têm um papel de destaque, como a Organização para Cooperação de Xangai, o Brics (originalmente, com Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e outros.

"Não devemos minimizar os esforços do Partido Comunista Chinês para estabelecer uma nova ordem mundial", diz Xu Chenggang, pesquisador da Universidade de Stanford. "Países emergentes com regimes autoritários começam a perceber que a nova ordem da China é benéfica para seu poder interno e sua política externa."

Multilateralismo com características chinesas. A ONU - com suas 15 agências que exercem a governança global em áreas como finanças, telecomunicações, saúde e redução da fome - está em "pleno centro" da visão de mundo da China e de seus planos para aumentar sua influência, diz uma autoridade chinesa, que pediu para não ser identificada.

Ela também é o foco da tentativa de Pequim de ganhar influência por meio das três iniciativas de Xi. A ação mais importante até agora veio na forma do novo fórum da ONU que a China fundou em 2020. Chamado de "Grupo de Amigos da Iniciativa de Desenvolvimento Global", ele tem cerca de 70 países membros, já fez sua primeira reunião ministerial e ganhou o aval do secretário-geral da ONU, António Guterres, de acordo com documentos oficiais chineses.

Um porta-voz da ONU e autoridades chinesas disseram que a lista completa dos países participantes é confidencial. Mas uma lista organizada pelo "Financial Times" de 20 países que se acredita serem membros mostra que o grupo inclui muitos dos maiores devedores da China no BRI. Por meio da Iniciativa do Cinturão e da Rota, desde 2013 as instituições financeiras chinesas forneceram créditos de quase US\$ 1 trilhão para países emergentes, principalmente para projetos de infraestrutura.

Um estudo do laboratório de pesquisa AidData, dos EUA, mostra que os 20 países da lista exibiram uma lealdade impressionante à China na forma de votos na ONU. Entre 2013 e 2020, cada um deles votou com a China em pelo menos 75% das ocasiões na Assembleia-Geral da ONU, a principal instância de definição de políticas da entidade, que faz recomendações sobre crises mundiais, decide as nomeações para cargos internos e supervisiona o orçamento da ONU.

No caso de Camboja, Laos, Paquistão, Tadjiquistão, Usbequistão e Zimbábue - que têm dívidas pesadas com a China-, a pesquisa mostra que eles se alinharam com a China na Assembleia em 80% ou mais das votações.

A correlação entre o aumento dos empréstimos e a fidelidade maior nas votações foi consistente em toda a amostra. "Quando os países votam com a China na ONU, eles são recompensados ricamente", diz Bradley Parks, diretor executivo da AidData. "Pequim tirou do armário uma velha cartilha e usa sua generosidade para comprar favores de política externa."

"Na média, um crescimento de 10% nos votos alinhados com a China na Assembleia-Geral da ONU

rende um aumento de 276% na ajuda e no crédito de Pequim", acrescenta ele, ao citar pesquisas sobre padrões de votação de um novo livro de Axel Dreher e colegas chamado "Banking on Beijing".

Em outubro do ano passado, o Conselho de Direitos Humanos da ONU rejeitou uma moção liderada pelo Ocidente para abrir uma discussão sobre violações na China, depois que um grupo de países em desenvolvimento apoiou Pequim. O conselho tem 47 membros, dos quais 19 votaram contra a moção e 17 a favor, e 11 se abstiveram.

Esta foi só a segunda vez em que o conselho rejeitou uma moção, nos seus 16 anos de existência. Mas o que tornou a derrota ainda mais extraordinária foi que ela aconteceu apenas algumas semanas depois que o Escritório do Alto-Comissariado para os Direitos Humanos da ONU divulgou um relatório que concluiu que "graves violações dos direitos humanos" foram cometidas por Pequim contra minorias muçulmanas em Xinjiang, uma região no noroeste da China.

Depois dessa vitória, a China garantiu o apoio de 66 países - a maioria deles beneficiária de empréstimos chineses do BRI - para uma declaração na ONU que elogiava seu histórico na área de direitos humanos. O número de seus signatários foi superior ao dos 50 países, quase todos ocidentais, que endossaram uma declaração oposta, que condenava a China.

Para além dessas batalhas pontuais, a China começou a usar o Grupo de Amigos da Iniciativa de Desenvolvimento Global para promover suas definições particulares de conceitos-chave, em um esforço para minar os que são usados pelo Ocidente liderado pelos EUA. Um desses conceitos é o de "verdadeiro multilateralismo", que a China define como dar status igual para todos os países.

Esta visão é diferente do que a China vê como os abusos da ordem mundial liderada pelos EUA, que caracteriza como uma "política de bloco disfarçada do multilateralismo" ou como tentativas de impor as "regras decididas por alguns poucos países" com o pretexto do multilateralismo, de acordo com um documento oficial chinês.

"Toda a ideia [por trás da definição chinesa] de multilateralismo é se opor ao que Pequim vê como uma hegemonia americana", diz Collin Koh, pesquisador sênior do Instituto de Defesa e Estudos Estratégicos da Universidade Tecnológica de Nanyang, em Cingapura.

Outra estratégia fundamental da China é apresentar-se como promotora da paz mundial, em parte para compensar danos que sua reputação sofreu quando a

Rússia, sua parceira estratégica, invadiu a Ucrânia no ano passado. Algo essencial para essa ambição é a Iniciativa de Segurança Global (ISG), lançada este ano por Xi e planejada como um fórum multilateral liderado pela China.

Seu objetivo, segundo autoridades, é retirar a influência dos EUA nas questões sobre segurança mundial e ao mesmo tempo reforçar o papel da China. Parte da estratégia para conseguir isso é cobrar uma "participação maior da ONU nas questões de segurança" enquanto amplia o peso de Pequim na hierarquia das operações de manutenção da paz da ONU.

Para Pequim, o prestígio que dá às operações de manutenção da paz da ONU faz parte de uma ofensiva maior para se alinhar à causa da paz. Em março, a China negociou um acordo histórico entre a Arábia Saudita e o Irã que pôs fim a um conflito que durava sete anos. Em maio, Xi propôs um plano de paz entre Israel e os palestinos.

Autoridades de Pequim também participaram de um fórum realizado neste mês na Arábia Saudita para discutir como resolver o conflito na Ucrânia.

Autoridades europeias disseram ao "Financial Times" que a participação da China foi "construtiva" e o governo chinês deixou clara sua disposição de participar de novas negociações.

(Tradução de Lilian Carmona)

*

"Emergentes com regimes autoritários veem a nova ordem da China como benéfica para seu poder interno"

Xu Chenggang

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230825/>

Remuneração de conselheiros sobe acima da inflação

Adriana Fonseca

A remuneração média mensal dos conselheiros de administração no Brasil registrou um aumento relevante nos últimos dois anos, passando de R\$ 64.603 em 2021 para R\$ 80.562 em 2023. O incremento foi de quase 25%, acima da **inflação** do período. Os dados são da pesquisa "Liderança Empresarial: Um estudo sobre CEOs e Conselhos de Administração", realizada pela Vila Nova Partners e Drixx IT Advisors, obtida pelo Valor.

Para Fernando Carneiro, sócio sênior da Vila Nova Partners, o aumento da remuneração reflete uma maior demanda de tempo dos conselheiros e a busca por profissionais mais qualificados. "Um conselheiro que não consiga falar sobre sustentabilidade e diversidade, seja qual for sua área de formação, fica fora", analisa. Além de conhecimento para analisar o negócio da empresa e a governança, observa. "As transformações de tecnologia estão aí, e conselheiros e CEOs têm que estudar para acompanhar as mudanças, em qualquer setor", diz.

Célia Assis, sócia-diretora da Drixx IT Advisors, pontua que a base de comparação para esses salários é pós-covid (2021), "único período em que se viu uma pequena baixa de remuneração" para esses profissionais. Ainda de acordo com a pesquisa, os conselhos de administração no Brasil tiveram 16,9 reuniões em 2022, sendo que 30% das empresas realizaram mais de 20. "O Brasil tem muitas reuniões, e isso impacta também a remuneração", diz Carneiro, mencionando ainda a carga de responsabilidade atribuída a esses profissionais.

Os CEOs, por sua vez, apresentam uma remuneração média anual de R\$ 15,3 milhões - e esse valor é 2,9 vezes o montante recebido pelos demais membros da diretoria. No caso dos conselhos, a remuneração do líder do "board" é, na média, 4,1 vezes a quantia paga aos demais membros do grupo, alcançando uma média de R\$ 334 mil mensais, acima dos R\$ 308,9 mil registrados em 2021. Para se chegar aos dados, foram avaliadas 83 empresas com ações listadas no Índice Bovespa da B3, totalizando 84 CEOs, já que uma das empresas tem dois, e 801 posições em conselhos.

A falta de diversidade, tanto em CEOs quanto nos conselhos, é um ponto que chama atenção. Entre os

executivos-chefes, somente 4% são mulheres, 44% têm formação em engenharia, 27% em administração, 14% em economia e 43% estão na faixa etária entre 50 e 59 anos, sendo a idade média 53,1 anos. Exceção se faz no setor de tecnologia, no qual a idade média do executivo-chefe é 44 anos.

A pesquisa mostra, ainda, que 62% dos CEOs foram promovidos internamente. "É o mais comum", diz Carneiro, habituado a recrutar para o alto escalão. "A melhor prática de sucessão de CEOs contempla candidatos internos e externos", comenta.

"Mas em cenários de evolução da empresa, um candidato interno que já conheça [o negócio] funciona até melhor. Em caso de mudança, [de querer que se dê uma] guinada [nos negócios], um candidato externo pode ser mais atrativo, mas tem o desafio da adequação cultural." Ainda em relação à amostra dos CEOs, 42% têm experiência internacional e 80% apresentam experiência como conselheiros de administração. Em relação às áreas de atuação ao longo da carreira, 35% dos executivos-chefes passaram pelo setor industrial, 29% apresentam trajetória por operações, 21% somam experiência no setor financeiro e 19% atuaram em comercial e marketing.

Na análise dos conselheiros de administração, além da diversidade de gênero, este ano foi possível mapear quantos profissionais são pretos e pardos - o que só é possível com a autodeclaração. Pela primeira vez, as empresas passaram a informar dados de autodeclaração de gênero, cor e raça, em atendimento à instrução CVM 59. Sendo assim, o levantamento indica que 88% dos conselheiros são brancos, 2%, pardos, 1%, negros, e 1%, amarelos. Os demais 8% não responderam.

Em relação a gênero, 78% são homens, 19%, mulheres, 1%, outros, e 3% preferiram não responder. Entre os presidentes de conselhos das 83 empresas analisadas, somente 5 são mulheres (6%). "Para a posição de presidente de conselho, geralmente buscam-se pessoas que já tenham experiência em presidência de conselho, e talvez esse seja o principal fator [que impeça o aumento da participação feminina]", comenta Carneiro.

A experiência prévia como CEO também pesa na

seleção, diz o especialista - outro fator que dificulta uma maior presença feminina nas chefias dos "boards".

De qualquer forma, há mais mulheres em conselhos hoje do que em 2021 (15%). Entre todos os grupos analisados, 92% apresentam ao menos uma mulher - eram 80% em 2021 - e 27% têm três ou mais mulheres.

Esses números podem mudar de forma mais acelerada em breve, já que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou recentemente novas medidas propostas pela B3 para estimular a diversidade de gênero e a presença de grupos sub-representados em cargos de alta liderança.

De acordo com as medidas propostas, companhias brasileiras listadas em bolsa devem eleger ao menos uma mulher e um integrante de comunidade sub-representada (pessoas pretas, pardas ou indígenas, integrantes da comunidade LGBTQIA+ ou pessoas com deficiência) para seu conselho de administração ou diretoria estatutária até 2026 - sendo o primeiro membro eleito até 2025 e o segundo, até o ano seguinte. O acúmulo de duas características (ser mulher e integrante de comunidade sub-representada) pelo mesmo profissional não é suficiente para atender a norma. São necessários dois membros.

Em agosto, a B3 anunciou outra iniciativa: a criação do Índice Diversa B3, índice que combina critérios de gênero e raça para selecionar as empresas da carteira. Hoje são 79 ativos de 75 empresas. "O Índice Diversa B3 possui uma metodologia inédita que combina gênero e raça em um mesmo índice", explica Ana Buchaim, vice-presidente de pessoas, marketing, comunicação, sustentabilidade e investimento social privado da B3.

"Dessa maneira os investidores terão mais uma alternativa para formar suas carteiras e aplicar recursos em companhias que se diferenciam em um critério ligado à agenda ESG." Mais um ponto do levantamento da Vila Nova Partners é que 89% dos conselhos têm processos de avaliação e, entre esses, 67% adotam avaliação interna. Assis comenta que esse aspecto vem em uma crescente - existia em cerca de 60% das empresas do Ibovespa em 2021 -, e é algo importante pois "coloca o dedo no que o conselho precisa melhorar".

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230825/>

"BC deve parar ciclo com Selic acima de 10% "

Adriana Cotias De São Paulo

O corte de 0,50 ponto percentual para a Selic feito na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deste mês é piso e há justificativas para o Banco Central (BC) acelerar o passo nos próximos encontros, mas parar o ciclo com a taxa básica acima de 10% ao ano - dos 13,25% atuais.

Essa é a leitura dos sócios da Kapitalo Carlos Viana, ex-diretor de Política Econômica do BC, e Carlos Woelz, fundador da gestora.

"Não nos parece que esteja feito o trabalho do ponto de vista de esfriar a economia e garantir que a **inflação** vá para a meta, então precisa manter a política monetária restritiva. Mas dá para recalibrar o grau de aperto", diz Viana.

Woelz acrescenta que haveria lógica em o BC fazer duas reduções de 1 ponto percentual em sequência e uma última de 0,50 ponto, para 10,75%, acima, portanto, do que chegou a ser expresso no mercado futuro, com taxas nominais abaixo de 9%.

Algo que tem inquietado esses dois Carlos é o recuo dos índices de **inflação**, aqui e lá fora, sem ter causado grandes danos à atividade.

Para eles, há chances de uma desaceleração mais forte adiante, mas a dúvida é sobre a tolerância de governos, bancos centrais e sociedade a sacrifícios de qualquer magnitude após os pacotes fiscais e monetários durante a pandemia.

A seguir, trechos da conversa feita com o Valor, na sede da gestora, em São Paulo.

Valor: Que temas têm permeado a análise de cenários e as posições da Kapitalo?

Carlos Woelz: Não sei se tem dinheiro para ganhar no Brasil, mas não fiquei vendido em nenhum momento. Quando não gostei, fiquei zerado. Agora estou finalmente aplicado em juros no curto prazo. Houve volta do pico inflacionário globalmente, pelo efeito da política monetária restritiva, mas está demorando para bater na atividade, no Brasil e no mundo.

Hoje há mais paralelos de Brasil com o mundo do que

o normal.

Outro tema é o ciclo fiscal, o que acontece em dois cenários: se vai ter um "soft landing" [pouso suave] global ou uma recessão.

Carlos Viana: Dando um passo atrás e falando da pandemia. Primeiro havia uma visão de que a **inflação** era decorrente do gargalo do choque de oferta. Até o Fed [Federal Reserve] de 2021 tinha a visão de que seria tudo transitório.

E depois caminhou-se para uma visão de que tinha um componente maior de demanda e, exagerando, dos estímulos fiscal e monetário. E talvez aqui o BC brasileiro tenha sido um dos primeiros a puxar esse diagnóstico da demanda pesando mais.

Olhando agora, como é que a **inflação** caiu nesse passado recente sem a atividade ter mostrado uma contração, dos efeitos da política monetária? Acho que precisa revisitar o passado, tem que ter elementos de oferta, não pode ser só demanda.

Woelz: A gente está vendo **inflação** cair, mas não pelos mecanismos de transmissão tradicionais da política monetária que é emprego, atividade e renda.

Viana: É um tema super global e é muito claro no Brasil, talvez até mais extremo do que na maioria dos países. Tem efeitos de oferta e demanda. E agora deveria ser o reverso disso, os gargalos de produção que foram resolvidos, os preços de bens e commodities caindo. No caso do Brasil teve uma safra fantástica ajudando nos preços de alimentação.

Do ponto de vista prático, não dá para chamar aquele fenômeno lá atrás de transitório, e também não foi uma coisa só de demanda, porque senão, como é que a **inflação** caiu sem o desemprego subir, sem atividade sofrer? Isso ajuda a entender o quanto que esse aperto monetário feito até aqui é responsável por essa queda da **inflação**. Acho que tem um pedaço da **inflação**, no núcleo de serviços - a gente olha um núcleo que construímos para pegar as partes sensíveis à atividade -, essa **inflação** cedeu bem menos do que a cheia, ou mesmo do que os núcleos tradicionais.

Valor: Isso tem consequência...

Viana No caso de Estados Unidos, pode ser uma **inflação** pouco acima de 3% versus uma meta de 2%. No Brasil, em torno de 4%, com a meta de 3%. É uma **inflação** mais alta porque tem um pedaço que não desinflou o suficiente, dado que a economia não esfriou o suficiente.

Será que está contratada já uma desaceleração adicional da economia, dado o aperto no passado que vai fazer esse pedaço da **inflação** cair? Ou será que essa resiliência da economia vai perdurar?

Woelz: Tem um choque relativamente benigno porque não afeta todos os setores igualmente. Não parece uma panaceia, mas é sempre um choque que tem transmissão na percepção inflacionária das pessoas por dois canais principais.

O primeiro é em relação à inércia, a **inflação** passada. O segundo é por meio das expectativas. Como se reverte um medo inflacionário que seis meses atrás era absurdo? A minha impressão é que, olhando para os dados de produtividade e custo de trabalho, margem das empresas, é que está num ponto inflacionário e que, no final, se não tivesse um processo de aperto monetário forte em todos os países, provavelmente teria uma situação horrorosa. Não teve nenhuma dor, teve um momento muito benigno de queda de **inflação** abrupta, sem nenhum tipo de sacrifício em quase nenhum país, é um fenômeno global e que se expressa de maneira muito forte no Brasil. Minha impressão é que essa sensação agradável não tem persistência porque olhando os detalhes - sou mais convicto para EUA do que para o Brasil -, acho que a economia não está num ponto de equilíbrio.

Viana: O Brasil teve dois choques benignos para **inflação**, que ajudam a explicar. Teve o lado da safra, um choque de oferta super positivo, que estimula a atividade de maneira desinflacionária porque aumenta a oferta e permeia renda também.

Woelz: Normalmente quando tem uma super safra, os preços despencam, não é bom para o produtor. Desta vez, teve um efeito de **PIB** real. Os preços caíram, mas não o suficiente para neutralizar os ganhos do produtor.

Viana: Outro fator foi corte de **impostos** na segunda metade do ano passado. Foi concentrado em combustíveis e nos componentes sujeitos à mudança dos ICMS, como energia elétrica. É algo que joga os preços para baixo e libera o orçamento das famílias que gastaram menos com isso. São duas coisas que ajudam a entender por que o Brasil teve essa combinação de **inflação** caindo com pouco custo em

termos de atividade.

Valor: E o que vem adiante?

Woelz: É mais provável, mas não está 100% convencido, de que vai ter desaceleração. Há poucas evidências até agora de que o que foi feito tenha sido suficiente olhando os dados reais. Não tem nenhum tipo de evento no mercado de trabalho que pareça que vá faltar renda no futuro. O que me deixaria mais confortável de achar que vai funcionar seria os BCs ainda comprometidos de maneira explícita com a desaceleração, se garantissem que se não fosse suficiente, iriam fazer mais, de que a prioridade absoluta é a **inflação**. Estamos na contramão dessa ideia de que o que foi feito é suficiente. O mercado está dizendo que vai ser um pouso suave da economia global.

Viana: Se você perguntar se é provável que esse aperto acabe colocando a economia para baixo, acho que vamos responder que sim. E vou usar um termo, é uma profissão de fé, tem que surtir efeito.

Mas tem um outro lado que é de monitoramento dos dados. O ritmo de contratação vem caindo, mas está muito acima do nível que gere folga no mercado de trabalho.

A alta de juros foi grande, é natural ter essa expectativa. Os dados estão mostrando um processo bem lento. Olha o caso do Brasil, a queda da **inflação** foi a maior e talvez com um dos menores efeitos na atividade. E não foi por causa dos juros freando a economia.

Valor: Qual será o passo do BC?

Viana: A gente achava que abriria o ciclo cortando 50 [pontos básicos] e vê uma lógica nesse plano de voo. Não parece que esteja feito o trabalho do ponto de vista de esfriar a economia e garantir que a **inflação** vá para a meta, então precisa manter a política monetária restritiva. Poderia começar o ciclo de corte porque o cenário está melhor do que um ano atrás, dá para recalibrar. Mas precisa manter uma política monetária apertada para fazer o trabalho de desinflar, especialmente, essa parte mais sensível da atividade, que não cedeu muito. Se pegar o ponto mais baixo, o mercado chegou a negociar [taxas futuras] abaixo de 9%, o que fica muito próximo de um nível neutro, olhando de hoje. Se tem que manter a política restritiva, não dá para chegar perto disso. Faz sentido o BC ser rápido, mas parar num nível acima desse que o mercado vislumbra. A gente vê um orçamento menor, [com a taxa final] acima de 10%.

Woelz: Tanto no Brasil quanto lá fora, a gente duvida

dessa desaceleração inflacionária indolor. O razoável uma recalibragem. Tem uma lógica para fazer mais rápido esse ciclo, porque seria limitado.

Não acharia errado fazer duas de 100 e uma de 50. Acho que 50 de queda é piso. Imaginando 300 pontos de corte, isso dá nove meses.

Esse é um BC que historicamente procura fazer os movimentos em três, quatro passos, apesar de acabar fazendo mais.

Valor: E que efeitos esperar de um freio maior na economia?

Woelz: No caso mais provável de ter uma desaceleração mais forte, vai ter um outro problema. Vai ser um cenário em que você vai andar na corda bamba, qualquer choque de preço vai gerar uma reação de preocupação com inflação desproporcional.

Não acho que seria tão ruim se subisse um pouquinho o desemprego para criar um pouco de espaço e depois comer esse espaço ao longo dos anos.

Viana: Imagine que tenha uma desaceleração mais forte. As demandas da sociedade, os interesses, a sensação de que não pode ter sofrimento em dimensão nenhuma, a sociedade vai pressionar por resposta fiscal, por distribuir cheque de novo. Embora tenha contribuído para a inflação e tenha a percepção de que talvez não haja espaço fiscal ilimitado, a disposição para fazer depois da pandemia parece maior do que antes. Olhando para Estados Unidos, seria um ponto de partida muito ruim, não só em termos de dívida e perspectiva dessa dívida, mas do déficit corrente.

Tendo em conta que está com a economia em absoluto pleno emprego e um fiscal muito ruim, se tentar corrigir para o estágio do ciclo, esse déficit de hoje equivale, numa situação mais normal, a 7%, 8%.

Woelz: Para o Brasil, eu acho que é pior ainda, porque é um governo que não tem tolerância para a desaceleração econômica. Se tiver uma desaceleração global, todas essas demandas vão se impor e vai existir uma vontade muito grande de fazer uma expansão fiscal contracíclica que vai ter efeitos terríveis, com um final não necessariamente conhecido. A desaceleração tem um efeito já conhecido sobre renda no Brasil, porque é um país dependente do ciclo econômico global por causa da pauta comercial.

Vai ter um nível fiscal significativamente fora do equilíbrio, de um arcabouço que não ajuda a construir a confiança, com ajustes abruptos via arrecadação e

transformar esse aumento em liberdade de gastar no médio prazo.

"Não parece feito o trabalho de esfriar a economia e garantir inflação na meta, precisa manter a política restritiva" Carlos Viana

"Se tiver desaceleração global, vai ter vontade grande de fazer uma expansão fiscal" Carlos Woelz

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187643>